



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 19 DE DEZEMBRO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Boa noite. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 44ª audiência pública, do PL 688/13, do Plano Diretor Estratégico.

Esta audiência pública vem sendo publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo diariamente, desde o dia 8 de novembro de 2013 e na *Folha de S.Paulo*, no dia 12/11/2013.

Esta audiência foi mantida inclusive na pauta, conforme calendário previamente agendado, por se tratar de assunto relevante e inadiável, uma vez que se trata da síntese dos assuntos tratados no ciclo das audiências públicas, realizadas nesse último semestre.

Vamos deixar ao lado, da mesma forma como temos mantido nas outras, depois a abertura das inscrições, as propostas e sugestões que podem ser feitas através de formulário disponível que está na recepção.

Agradecemos a presença do Secretário de Planejamento Urbano, Dr. Fernando de Mello Franco, é um prazer enorme tê-lo aqui, mais uma vez incansável.

Vamos passar a palavra ao relator da proposta do Plano Diretor, Vereador Nabil Bonduki, que fará a sua explanação.

O SR. NABIL BONDUKI – Boa noite a todos, é um prazer estar com vocês, na véspera do final do ano. Vemos que apesar da época que já está bem avançada no ano, temos uma participação bastante significativa e qualificada para esta que é a última audiência pública da primeira etapa do processo participativo, realizado pelo Legislativo.

Quero cumprimentar o Vice-Presidente da Comissão, Vereador Paulo Frange, o Presidente Andrea Matarazzo deve estar chegando um pouco mais tarde, mas deve vir. Cumprimento o Secretário Fernando de Mello Franco que acompanhou intensamente o nosso processo da Câmara, mostrando esse forte respeito ao Legislativo, não só ele, mas também o Diretor de Planejamento Anderson Kazuo.

A ideia desta audiência pública hoje é um pouco diferente das demais.

Normalmente nós fazíamos algum comentário inicial aqui da Câmara, os Vereadores, o Executivo apresentava os temas, o Plano e depois nós abríamos para os comentários da comunidade, da sociedade, dos representantes.

Esta foi chamada audiência pública síntese, a ideia é que apresentemos em primeiro lugar uma síntese que não será completa, por várias razões. Talvez eu tenha até que pular um pouco alguns temas, senão nos estenderíamos demais. Mas apresentar um pouco do que foram esses dois meses e meio, praticamente três meses, que o projeto tramita na Câmara Municipal de São Paulo.

Qual foi o processo de debate que foi realizado e também apresentar uma síntese das principais questões que foram abordadas, principais propostas. Não diria nem as principais, mas uma parte das propostas, porque foram tantas, quase 900 propostas apresentadas nessas 43 audiências públicas.

Vamos fazer primeiro uma busca de síntese do processo, descrição desse processo, em seguida obviamente vamos abrir para que se reforcem questões que já foram faladas ou se apresentem questões novas. Muitas questões que estão aqui estarão colocadas ainda superficialmente, como pontos, e poderão merecer, por parte dos presentes, um maior aprofundamento.

- Orador passa a referir-se à imagem de projeção.

O SR. NABIL BONDUKI – No roteiro dessa apresentação, primeiro mostrar o processo participativo, os processos de divulgação, que foi extremamente importante para mostrar a transparência e a publicidade que foi dada a esse processo; a linha do tempo da tramitação do PL 688, na Câmara Municipal de São Paulo; a síntese das audiências públicas; as formas de entradas das contribuições da sociedade civil; a metodologia de coleta e sistematização das propostas apresentadas; um resumo de contribuições por macrorregião e depois os conteúdos tratados nas audiências públicas.

Essa parte do conteúdo, que é a que seja de maior interesse, embora as demais

sejam muito importantes para que a gente tenha uma ideia do todo, de como se deu esse processo.

Os meios de divulgação do processo participativo. Deram-se através do rádio, da mídia impressa, de informes em abrigos de ônibus e metrô, na Tv aberta, internet e no site da Câmara. Tivemos 390 inserções em rádio, de 30 segundos, distribuídas pelo mês de outubro, novembro e dezembro. Esta apresentação vai estar no site da Câmara, quem quiser ver quais foram as rádios de grande divulgação e quais os dias passaram.

Inserção em mídias impressas: 65 em jornais de grande circulação, em formato de meia página, em outubro e novembro. Todos os meios, não só nos grandes jornais, tipo *Folha de S.Paulo*, *Estado de S.Paulo*, *Carta Capital*, como também vários jornais de bairro, em todas as regiões da Cidade. Nos terminais de ônibus, no metrô e também nas paradas de ônibus.

Foram 111 inserções na Tv aberta, sendo 26 em outubro, 54 em novembro e 31 em dezembro, em formato de 32 segundos. Aqui estão quais foram as emissoras que passaram, muitas dessas inserções se deram em horários de grande audiência: 22h, 19h, 20h.

Inserções na internet, em formato de *banner* eletrônico, 42 milhões de inserções, em vários sites eletrônicos. A divulgação no portal da Câmara foi acessada por todos.

A tramitação do Plano Diretor na Câmara Municipal: o projeto deu entrada no dia 26 de setembro, ficou praticamente um mês na Comissão de Constituição e Justiça, foi aprovado; entrou na Comissão de Política Urbana em 24 de outubro, quando tivemos a primeira reunião técnica de apresentação do projeto de lei. Nesses praticamente dois meses, de 24 de outubro a 19 de dezembro, foram realizadas 43 audiências públicas: 4 macrorregionais, 10 temáticas, 31 nas subprefeituras; hoje, faremos a 44ª.

Aqui nós temos a lista de todas as audiências públicas que foram feitas nesse período, não vou me estender também, todos acompanharam esse processo.

Há algumas imagens das audiências públicas: essa foi feita em Pinheiros; a de cima; na Câmara; a foto do meio refere-se ao dia da audiência pública de habitação, quando

ficou muita gente de fora, nós tivemos quase três mil pessoas participando.

Aqui estão as várias reuniões que foram feitas. A quantidade de pessoas que participaram foi muito variável de reunião para reunião, mas temos uma síntese delas: das 44 audiências, 3.394 participantes que assinaram lista, mas houve um número maior do que esse. Muitos não assinaram, principalmente no dia da habitação. Tivemos 705 contribuições através de fala; 181 documentos protocolados na audiência, tivemos outros documentos protocolados de outras formas. Desses 705, 322 vieram da sociedade civil organizada, 149 do Poder Público, 46 de entidades profissionais acadêmicas, 128 de munícipes, 53 sem informação.

Na zona Leste tivemos por volta de 700 participantes; na Sul, por volta de 690; na Norte, 581; na Oeste, 387. Como a gente percebe, as zonas Leste e Sul foram as que tiveram maior presença.

As formas de entrada das contribuições. As falas e os escritos colocados nas audiências públicas. Nós tivemos falas que não chegaram a gerar textos escritos, mas foram registradas, há várias contribuições feitas, por escrito, algumas delas sem ter sido feitas as falas.

Documentos protocolados foram quase 400. Envio de correspondência por meio de carta com correio pré-pago da Câmara, por onde chegaram as contribuições e propostas.

Formas de entradas no gabinete de Vereadores. Os Vereadores também apresentaram as suas contribuições. O portal eletrônico da Câmara, onde todos, até o dia de hoje, tiveram a oportunidade de fazer suas contribuições.

Tivemos 44.420 acessos no site da Câmara, sendo que 38.272 por visitantes únicos; páginas visualizadas 71.000. Pico de acesso em um dia 2.100, mais ou menos; 98 propostas enviadas pelo site; 51 cliques em “eu aprovo”.

Aqui nós vemos que houve alguns picos que se deram no começo do mês de novembro, depois houve outro em meados de novembro, até o começo de dezembro. A partir de 10 de dezembro houve uma queda nas visitas.

É importante dizer que estamos organizando as contribuições, porque não houve tempo de sistematizar 100% do que entrou e do que foi apresentado nesse período. Nós estamos num momento de organização.

Tabela de sistematização das informações básicas das audiências públicas, que são mais ou menos esses números que apresentamos. Tabela de sistematização pelas diversas formas de entrada, porque têm várias formas de entrada para depois poder se localizar. Mapa das sistematizações das contribuições territorializáveis, que foi a tentativa de identificar no território as contribuições e o resumo de contribuições por região.

Temos aí na coluna de sistematização as várias formas de entrada, o nome da entidade, forma de entrada da contribuição, breve conteúdo, resposta da mesa, quando aconteceu, categoria da proposta, artigo do PL ao qual se refere, palavra chave, tema pertinente, e pareceres e encaminhamentos.

Essas tabelas estão sendo feitas, ainda não foram finalizadas, consta a pessoa, o que ela falou, o que foi solicitado, qual foi a proposta direta, quando houve. Casos em que se falava para modificar o artigo número tal, há outras que são genéricas. Esse trabalho de organização está sendo feito para permitir dar uma resposta para cada uma das contribuições que foi apresentada no processo.

Este é o mapa das propostas territorializáveis, onde se territorializou as propostas que foram apresentadas na Cidade. Como a gente vê tem uma distribuição bastante uniforme, praticamente, em todas as subprefeituras houve propostas apresentadas. A princípio as cores se referem aos temas que estamos trabalhando, porque podem ser abertos outros temas, mas no momento são esses: eixos de estruturação, equipamentos, habitação, macrozoneamento, mobilidade, patrimônio, saneamento, sistemas ambientais e zoneamento. São essas categorias nas quais as contribuições foram organizadas.

Resumo das contribuições das audiências públicas. Aqui é um resumo geral por cada um desses temas. O tema que recebeu maior quantidade de falas foi habitação, seguido

de perto do de mobilidade do sistema viário: 18 e 17%. Depois vamos ter o meio ambiente com 14%; equipamentos públicos 10%; sistema municipal de planejamento, participação, planos regionais 9%; e aí os outros temas que vão como participações menores.

Aqui temos a mesma lista por macrorregiões. Percebe-se que o tema habitação bate o pico na zona Sul, com 23%, tem menor presença na zona Centro-Oeste com 12%. A gente percebe como que para cada região os temas tem certa variação. Já na zona Norte vai aparecer com mais peso, mobilidade; na zona Leste também Habitação; na zona Oeste e Centro-Oeste é meio distribuído, um pouco mobilidade, um pouco habitação, um pouco meio ambiente, nenhuma com tanta ênfase. Vai aparecer com ênfase maior, por exemplo, instrumentos e parâmetros urbanísticos, com 12%, que, nas outras regiões mais periféricas, é um número que aparece muito pouco: 3% na zona Norte; 6% na Sul; 4% na Leste. É algo que interessa mais aos bairros mais consolidados da Cidade que estão no Centro-Oeste.

Vamos entrar na parte mais importante que são os conteúdos tratados. Vou pedir desculpas para vocês porque temos muitos pontos. Achei que era bom coloca-los aqui, não vou conseguir explicar cada um, falar com detalhes, mas para termos uma ideia do todo, que é importante. Obviamente é uma síntese do que foi apresentado, não uma síntese do que eu apresentaria como comentários ou como questões em relação ao Plano Diretor.

Analisamos em relação a 10 temas: macrozonas, macroáreas, eixos de transformação e estruturação urbana, instrumentos, habitação, questões ambientais, patrimônio histórico e preservação cultural, mobilidade, desenvolvimento econômico, gestão democrática. Há um primeiro ponto mais geral que é a questão de formato e conteúdo da lei.

Em relação ao formato, são questões bem gerais, mas importantes do ponto de vista do texto. Há necessidade de deixar a lei com redação clara e precisa, isso se completa com o item três. Os itens dois e três: detalhar nos artigos os instrumentos urbanísticos para evitar imprecisões e dúvidas quanto à determinação e aplicação da lei – essa é uma preocupação que apareceu principalmente por parte daqueles que utilizam as leis de uso e

ocupação do solo -, e apresentar todos os parâmetros das propostas autoaplicáveis. Ou seja, tudo aquilo que vier a ser autoaplicável a preocupação é para que esteja claramente definido, como, por exemplo, no caso dos eixos de estruturação para evitar conflitos com a legislação existente e com isso criar um vácuo na legislação, uma dificuldade de aplicação.

Estabelecer diretrizes para as leis decorrentes do PDE. Por exemplo, a lei de uso e ocupação do solo, operações urbanas, deve trazer as diretrizes para os planos regionais de bairro e as áreas destinadas a projetos específicos: área de intervenção urbana e área de estruturação local. São aspectos muito ligados à precisão e à necessidade de estabelecer o *link* entre o Plano Diretor e os seus desdobramentos que são projetos de lei, ou planos, ou instrumentos que deverão ser regulamentados em outras etapas do processo, que o Plano Diretor com sua visão mais abrangente deveria incluir.

Em relação às macrozonas, existe a proposta de rever os limites entre as macrozonas de proteção e recuperação ambiental, e estruturação e qualificação urbana zona Noroeste, considerando as características geomorfológicas, ambientais, de ocupação, urbanização e vocacionais da região. Em relação à região Noroeste tem esta questão e depois há outra que é a revisão da zona de estruturação urbana.

Em relação à macroárea de qualificação da urbanização consolidada, a proposta de rever essa macroárea, que é a grande macroárea que envolve o Centro Expandido e já uma zona intermediária, rever considerando as grandes diferenças do padrão de urbanização e características socioeconômicas das áreas incluídas nessa mesma macrorregião. Basicamente a questão da necessidade de dividir essa macroárea em duas: uma com urbanização mais consolidada e a outra com outro padrão.

Em relação à macroárea de recuperação urbana ambiental e a macroárea de contenção urbana e uso sustentável, a proposta de rever o perímetro dessa macroárea nas subprefeituras de Capela do Socorro e Parelheiros, incluindo loteamentos irregulares e consolidar as ZEIS 4, retirando dessa área que tem característica de zona rural. Essa

macroárea tem características que não seriam compatíveis com esse tipo de ocupação que já existe naquela região.

Além dessa, não estar colocada aqui, mas existiu também a proposta da revisão da macrozona de estruturação metropolitana. Aqui não está completo, porque há questões que foram apresentadas que preveem a proposta de inclusão da zona Noroeste dentro da Macrozona de Reestruturação Metropolitana no eixo da Anhanguera. Foi, aliás, fruto de muita discussão aqui na última segunda-feira.

Bem, com relação aos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana. Os principais temas tratados são: adensamento populacional e coeficientes de aproveitamento máximo (CA); área de influência; tratamento uniforme dos eixos; a questão da habitação e a questão da autoaplicabilidade dos parâmetros nesses eixos.

Em relação ao adensamento populacional, é preciso planejamento com tipologias adequadas nas áreas que receberão as novas redes de transporte coletivo. Existem propostas de incluir novas áreas como eixos; excluir eixos cuja possibilidade de adensamento foi considerada inadequada na região; considerar a capacidade de suporte ao definir CA=4 e inserir mecanismos limitadores do adensamento construtivo, por exemplo, estoque de potencial construtivo. São propostas que apareceram com relação ao adensamento.

Em relação à área de influência dos eixos de estruturação da transformação urbana, existiam propostas de aumentar a área de influência dos eixos, pois são considerados pequenos os raios de 400 metros e faixas de 150 metros; excluir dos eixos áreas onde a transformação não faz sentido, como USP, cemitérios, clubes etc; incluir quadras que ficaram isoladas e cercadas por eixos; estabelecer contrapartidas para empreendimentos de grande porte, como áreas verdes e equipamentos públicos, cota de solidariedade, espaços livres.

Em relação ao tratamento uniforme dos eixos, há uma crítica quanto a isso. A proposta é diferenciar parâmetros por eixo, ou por trecho de eixos, considerando objetivos urbanísticos funcionais, como: capacidade dos modais; formas de inserção das linhas –

enterrada, em nível ou elevada -; densidades construtiva e populacional e usos instalados; características geomorfológicas e topográficas; estímulo ao uso residencial em áreas com maior oferta de emprego; estímulo ao uso não-residencial em áreas com maior densidade demográfica.

Outra questão que foi muito abordada foi a garantia de moradia para a baixa renda em áreas de eixo dotadas de infraestrutura, serviços e oferta de emprego. Propostas: maior presença de ZEIS 2 e 3 nos eixos, ou próximos a eles, principalmente em Macrozona de Qualificação da Urbanização Consolidada; a instituição da cota de solidariedade obrigatória nos eixos; outros dispositivos que garantam a produção de HIS nos eixos e mecanismos que evitem a expulsão da população moradora ao longo dos eixos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Nabil, passarei a presidência ao nobre Vereador Police Neto, por temos um outro evento aqui agora e convido o Dr. Maurício, representando o Ministério Público, para compor a Mesa.

- Assume a presidência o Sr. José Police Neto.

O SR. NABIL BONDUKI – Outra questão é a aplicabilidade imediata dos novos parâmetros nos eixos. Há conflito com a legislação estadual de proteção de mananciais e com a legislação de uso e ocupação do solo em vigor e crítica à forma prevista para entrada em vigor dos eixos planejados. Propostas: considerar a legislação estadual de proteção de mananciais; rever a data de autoaplicabilidade dos parâmetros nos eixos: apenas com início das obras dos corredores de transporte coletivo; apenas no momento da conclusão das obras e início da operação das linhas.

Obviamente, essas são propostas apresentadas, mas também houve propostas de se manter o texto como está. Houve propostas de se manter o texto como está em vários desses aspectos.

Instrumentos de política urbana e gestão ambiental. Em relação ao direito de construir, a proposta é prever mecanismos que tornem viável a transferência do direito de

construir das áreas de interesse ambiental inseridas na Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana e prever condições especiais para doação dessas áreas quando houver interesse público, vistas as dificuldades que hoje existem em relação a isso e quanto à não-previsão da transferência nas áreas de interesse ambiental.

Em relação à outorga onerosa, há proposta de reintrodução do fator de planejamento como instrumento de indução urbanística, que se quer priorizar usos residenciais ou não-residenciais, com o objetivo de equilibrar a densidade populacional e oferta de emprego.

Em relação à concessão urbanística, há proposta de retirar o instrumento do PDE em função do histórico de seu uso inadequado; redefinir o instrumento para que possa ser utilizado como forma de atuação conjunta entre Poder Público e agentes privados.

Houve outros instrumentos que não foram aqui sistematizados, mas há vários instrumentos de política urbana e gestão ambiental, como o EIV, EIA, TCA, TAC e a Avaliação Ambiental Estratégica, todos eles com proposta de melhor detalhamento para a sua aplicação.

Em relação à habitação, os principais temas são: gravar novas ZEIS de todos os tipos; regulamentar a cota de solidariedade; compatibilizar a legislação de regularização fundiária; garantir a segurança jurídica da posse.

As ZEIS foram consideradas instrumentos importantes para reserva de terra para produção de HIS e regularização fundiária. Há proposta de demarcar novas ZEIS 2, 3 e 4 em áreas com infraestrutura (eixos de estruturação da transformação urbana e macroáreas mais centrais) e nas áreas lindeiras aos assentamentos irregulares; gravar novas ZEIS 1 em áreas ocupadas, que não foram gravadas dessa maneira; redefinir porcentagens mínimas destinadas a diversas faixas de renda, principalmente com proposta de aumentar a porcentagem para a faixa 1 e redefinir as faixas de renda, vinculando o atendimento das faixas de menor renda a programas de locação social; aperfeiçoar os mecanismos de gestão, ampliando o grau de controle sobre a aprovação de empreendimentos; restringir, não estimular unidades de

habitação de mercado popular nas ZEIS 1; diferenciar regularização fundiária de interesse social e regularização fundiária de interesse específico; estimular a regularização fundiária de iniciativa de moradores e suas associações e tornar autoaplicáveis instrumentos urbanísticos como o instituto do abandono, entre outros.

Um desses instrumentos é a regulamentação da cota de solidariedade, com oportunidade de tornar o instrumento autoaplicável no âmbito da aprovação do novo PDE. Propostas: aplicar a cota de solidariedade sobre empreendimentos de grande porte em toda a cidade, em especial nos eixos de estruturação da transformação urbana e macroárea de estruturação metropolitana; obrigar o empreendedor a aplicar a cota de solidariedade: no próprio empreendimento, em terreno contíguo ou na forma de doação de recursos financeiros ao Fundo Municipal de Habitação, ou na forma de compensação urbanística, determinada no processo de estudo do impacto de vizinhança.

Outra questão levantada, sobre segurança jurídica da posse, necessidade de garantir o direito de moradia na própria região, quando, extraordinariamente, houver necessidade de remoção em razão de intervenções públicas ou privadas. Propostas: redefinição do conceito de segurança jurídica da posse, prevenção e mediação de conflitos fundiários e urbanos e explicitação de princípios e diretrizes a serem observados; vedação expressa do reassentamento de famílias em região diversa daquela onde exercia a habitação anteriormente à intervenção pública ou privada; obrigatoriedade de mediação pública dos conflitos fundiários urbanos.

Em relação aos temas ambientais, foram vários: zona rural, ZEPAM, sistema ambiental, sistema de áreas verdes, instrumentos de gestão ambiental, mudanças climáticas, sustentabilidade na macrozona de estruturação urbana.

Na zona rural, há necessidade de definir o território rural do município, considerando sua importância, localização, estabelecer diretrizes para o desenvolvimento rural, regularização fundiária, aplicação das políticas públicas federais para agroecologia e

agricultura familiar e garantir a implantação de equipamentos públicos e infraestrutura no território rural.

Em relação à ZEPAM, foi questionada a redefinição da ZEPAM no projeto de lei, ressaltando que o desempenho da ZEPAM foi satisfatório, ainda que prejudicado pela não-regulamentação dos instrumentos previstos. A proposta é: voltar a ZEPAM a ser uma zona especial; permitir que as ZEPAMs transfiram o potencial construtivo na macrozona de estruturação e qualificação urbana; ser objeto de pagamento por serviços ambientais na macrozona de proteção ambiental; grafar os parques propostos como ZEPAM; mapear as ZEPAMs com ajustes a partir dos estudos realizados; identificar e equacionar as sobreposições entre ZEPAMs e ZEISs.

Sistema ambiental: necessidade de integrar o urbano e o ambiental ao aprofundar o sistema proposto. Propostas: adequar o sistema de gerenciamento de resíduos sólidos e suas ações prioritárias com o plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos; avançar no sistema de saneamento, em especial nas áreas de proteção aos mananciais e APAS; incluir um sistema de segurança alimentar, que deve articular-se com a definição de zona rural e considerada também a agricultura urbana e uma melhor articulação entre os sistemas ambientais e urbanos. Há crítica quanto à organicidade dos sistemas.

Em relação ao sistema de áreas verdes, articular e desenvolver melhor esse sistema. Falta indicar como as ações prioritárias desse sistema podem ser implantadas, e ele não se articula com os instrumentos existentes. A proposta é: considerar a conectividade das áreas verdes existentes entre si e com os demais elementos da paisagem; reinserir o programa de recuperação de fundos de vale e ser mais diretivo no tratamento das áreas de preservação permanente urbanas; considerar, em todo o território, o Plano Municipal da Mata Atlântica, utilizando-o como subsídio para revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo e planos regionais; garantir a efetividade do Plano Municipal de Conservação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais; avançar nos instrumentos para viabilização dos parques; instituir um fundo

específico para criação de parques com recursos provenientes da desafetação de áreas públicas, entre outros; criar um sistema municipal de áreas livres, que englobaria o sistema de áreas verdes, além de outras áreas livres do município.

Instrumentos de gestão ambiental. Desenvolver e aprofundar esses instrumentos, incorporar avanços teóricos, institucionais e legais que ocorreram nos últimos dez anos. Propostas: garantir a autoaplicabilidade da avaliação ambiental estratégica; aprimorar os instrumentos de compensação ambiental e termos de ajustamento de conduta; desenvolver instrumento de pagamento por serviços ambientais para viabilizar a conservação ambiental das áreas particulares.

Mudanças climáticas. O Plano está coerente com a política municipal de mudanças climáticas e o conceito de cidade compacta, mas há necessidade de explicitar a política no texto do projeto de lei. Propostas: incluir os objetivos e diretrizes relativos à política municipal de mudanças climáticas, nos princípios e objetivos do Plano Diretor; inseri-los no sistema urbano e ambiental e suas ações prioritárias, em especial no sistema de áreas verdes, mobilidade, gerenciamento de resíduos sólidos, bem como nos instrumentos de gestão ambiental.

Sustentabilidade na macrozona de estruturação urbana. Ausência de mecanismos de incentivo à sustentabilidade na macroárea de estruturação urbana, que é vulnerável a chuvas e inundações, que podem se agravar muito com as mudanças climáticas). Propostas: incluir mecanismos e instrumentos para incentivar o aumento da permeabilidade, a eficiência energética e demais medidas relativas à sustentabilidade das construções; incluir a destinação de espaço livre para fruição pública, atrelada ao coeficiente de aproveitamento e ao tamanho do lote.

Patrimônio histórico/Preservação cultural. Principais temas: patrimônio histórico e preservação, recuperação de bens tombados; áreas envoltórias; incentivos; bens imateriais; transferência do potencial construtivo; ZEPEC; parâmetros urbanísticos; bens privados de uso

público, teatros, espaços culturais, cinemas.

Patrimônio histórico e preservação, recuperação de bens tombados. Preservar e valorizar os espaços públicos, os imóveis tombados, os que apresentam valor cultural e de referência para a comunidade, para que a cidade ganhe melhor qualidade de vida.

Propostas: isenções fiscais para manutenção e recuperação. Redução de ISS para usos não-residenciais compatíveis com o tombamento (só IPTU não é suficiente); criar mecanismos municipais para obter financiamentos de bancos públicos; concessão de incentivos fiscais condicionados à execução de obras de restauração, conservação ou recuperação; patrimônio histórico – preservação e recuperação dos bens tombados; destinar recursos do Fundurb para preservação de imóveis privados que exerçam atividades culturais e sociais voltadas ao interesse público; criar fundo específico ou conta no Fundurb para manutenção de bens tombados municipais e privados; proteger espaços privados que exerçam atividades culturais de interesse público, como teatros e cinemas de rua; manutenção do bem protegido: criar mecanismos que obriguem ao proprietário manter o imóvel; estabelecer normas claras e dar orientação os proprietários quanto à sua preservação.

As áreas envoltórias de bens tombados precisam ter regras mais claras e não cumprem sua função de proteção. Propostas: os três níveis de tombamento (IPHAN, CONDEPHAAT e COMPRESP) estabeleçam regras de consenso e análises conjuntas; as áreas envoltórias não devem só se limitar ao gabarito, mas serem objeto de projeto urbano.

Equipamentos públicos e praças podem adquirir novos usos culturais e ampliarem seu potencial quando conectados à cultura. Propostas: estimular o uso de espaços e áreas públicas – como praças e ruas – para fins culturais e de lazer; criar corredores culturais e/ou rotas turísticas que liguem os vários bens preservados.

A transferência do potencial construtivo foi tratada no sentido de aprimorar o instrumento e de dar visibilidade pública à gestão. Propostas: rever o cálculo da transferência para que o instrumento seja mais utilizado; prever fiscalização periódica sobre o estado de

conservação do imóvel que obteve transferência e prever sanção ao proprietário quando não houver observância do acordo; criar banco de informações sobre bens tombados e sobre transferência. Explicitar o número de imóveis preservados, quantos metros quadrados foram transferidos, valores que representam, estado de preservação dos bens objeto da transferência.

ZEPEC. Propostas: alargar o conceito de ZEPEC para além dos bens tombados; enquadrar como ZEPEC os bens e áreas cuja preservação seja imprescindível para a preservação do patrimônio imaterial, buscando mecanismos de incentivo à sua permanência no território; incluir novo tipo de ZEPEC para Área de Preservação Cultural destinada a imóveis com características peculiares relacionadas à memória urbanística, histórica, cultural, artística e paisagística, cuja preservação está relacionada à manutenção de identidades culturais da cidade; prever a inclusão da população no processo de identificação dos bens a serem preservados; incluir programa público de estímulo à identificação de ZEPECs (Pró-ZEPEC) relacionado a outras políticas públicas.

Mobilidade. Principais temas: ônibus, corredores e terminais; bicicletas e ciclovias; pedestres e calçadas; sistema viário e melhoramentos viários; sistema hidroviário; sistema aeroviário: Campo de Marte, aeródromo de Parelheiros e helipontos; sistema de transporte de carga.

Ônibus, corredores e terminais. Relação direta entre o modal e os Eixos de Estruturação Urbana. Necessidade de detalhamento sobre esse sistema de transporte coletivo. Necessidade de garantir investimentos para evitar futura saturação do modal. Propostas: estruturar o sistema de transporte coletivo e o funcionamento entre os seus componentes (estações terminais de integração, estacionamentos, outros); detalhar a articulação entre os modais de transporte (ônibus, metrô e trem), seus terminais e acessos; rever o adensamento linear ao longo da linha do trem, levando em conta a segregação por muros e estações distantes umas das outras; estabelecer critérios para a implantação de corredores de ônibus

que considerem a saturação da via, largura e fluxo de pedestres; estabelecer prazos e mecanismos de controle para elaboração e implementação do Plano de Mobilidade; instalação de mobiliário urbano complementar ao transporte público.

Bicicletas e ciclovias. Grande repercussão e participação dos usuários desse modal no processo participativo. Propostas: criar um Plano Cicloviário, com desenho de traçado de ciclovias e ciclofaixas; adequar o sistema viário para uso da bicicleta como meio de transporte diário; incluir faixas para ciclistas ao longo dos corredores de ônibus e a passagem de pontes existentes para ciclistas e pedestres; garantir a segurança do ciclista e do pedestre em todas as vias; instituir um sistema público de compartilhamento de bicicleta como meio de transporte.

Pedestres e calçadas. Necessidade de destacar e detalhar a circulação de pedestres no sistema de mobilidade. Sua função ganha relevância com a prioridade ao transporte coletivo, o incentivo à instalação de comércio no térreo e ao uso misto na cidade. Propostas; melhorar a qualidade dos passeios, inclusive com financiamento público; garantir a implantação de calçadas largas em todas as vias que vierem a ser abertas; criar calçadões em áreas de grande fluxo de pessoas.

Sistema viário e melhoramentos viários. Prioridade do uso das vias estruturais para o transporte coletivo. Há críticas de que muitas vias são apontadas como saturadas, insuficientes, sem capilaridade, especialmente na periferia. Propostas: reduzir as faixas de estacionamentos nas ruas, ampliando o seu leito; ampliar o rodízio de veículos (dia par e dia ímpar) e instituir o pedágio urbano; ampliar as ligações viárias dentro das subprefeituras e duplicar os eixos viários; alargar vias, direcionando o aumento de espaço para transporte público; estimular o uso de táxi, principalmente à noite e em portas de casas noturnas.

Sistema hidroviário. Necessidade de implementação de um sistema que permita a circulação de bens e pessoas por grande parte do território. Propostas: prever a implantação de hidrovias nos principais rios navegáveis da cidade; implementar um sistema de transporte público hidroviário, integrando ao sistema os parques, as orlas urbanas e portos fluviais.

Sistema aeroviário: Campo de Marte, aeródromo de Parelheiros e helipontos. O PDE precisa tratar os aeroportos, aeródromos, heliportos e helipontos como sistema aeroviário.

Campo de Marte: questionamento quanto à desativação da aviação de asa fixa. Seus defensores procuraram mostrar que a área não conflita com a Macroárea em que está inserida e que a mata existente apresenta funções ambientais importantes. É um tema bastante polêmico.

Aeródromo de Parelheiros: posições antagônicas e discussões acirradas sobre a construção e o modelo de desenvolvimento que se quer para a região. Favorável: o aeródromo como indutor de desenvolvimento, com a formação de novos postos de trabalho. Contrário: será indutor da transformação da região em área urbanizada, comprometendo as áreas de mananciais.

Sistema de transporte de carga. A localização dos terminais impacta na circulação de cargas dentro da Cidade e, conseqüentemente, na vida dos moradores. Propostas: incorporar o transporte de cargas e a logística no sistema de mobilidade; transferir gradativamente as funções do Terminal de Cargas da Fernão Dias para área fora da zona habitada lindeira ao Rodoanel.

Desenvolvimento econômico. Prever áreas específicas para as atividades econômicas (áreas industriais), além do proposto espraiamento de atividades econômicas para as macroáreas onde existe carência de oportunidades de trabalho. Propostas: estimular o uso misto (comércio e serviços) nos distritos mais populosos e nos centros de bairro; garantir mecanismos que evitem a expulsão de atividades industriais e comerciais nas áreas de transformação urbana; estimular que os edifícios destinem o térreo para atividades terciárias fora dos Eixos de Estruturação da Transformação Urbana; ampliar as atividades não-residenciais permitidas nos corredores junto às ZER; incluir incentivos fiscais para determinadas atividades industriais, como previsto para as avenidas Cupecê e Jacu-Pêssego em outras áreas, particularmente zonas Sul e Noroeste.

Gestão democrática. Necessidade de estruturar o sistema municipal de planejamento urbano, a partir de órgãos públicos, planos municipais, setoriais, regionais e locais, instâncias e instrumentos de participação popular. Propostas: hierarquizar os mecanismos de controle social; definir as atribuições do Conselho de Política Urbana, limites e caráter (que seja mais deliberativo, não só consultivo); definir e orientar a aplicação dos recursos do Fundurb; garantir a composição paritária dos conselhos; fortalecer os conselhos gestores de ZEIS; reestruturar o sistema municipal de informações: fortalecer os instrumentos de monitoramento e avaliação da política urbana.

Esta era a última. Foi meio cansativo, não? (Palmas)

Essa foi uma base. Obviamente, houve muita coisa que foi falada e discutida, mas que não está aqui pois não daria para colocar tudo. Essa é uma tentativa de síntese dessas 43 audiências públicas. Certamente teremos outros pontos que poderão ainda ser trazidos de maneira mais organizada e sistematizada. Houve também uma série de avaliações que estamos realizando na Comissão de Política Urbana, na Relatoria, também por parte do Executivo, que tem ajudado, tem desenvolvido estudos complementares àqueles já realizados para a constituição do Plano. Todos sabem que o Executivo não teve um prazo muito longo para elaborar o Plano e, portanto, este período é adicional para um maior detalhamento e precisão de estudos que permitirão o aperfeiçoamento da proposta.

Estamos então chegando a esta última audiência pública com o seguinte cronograma daqui para frente: a partir de tudo o que foi falado, a partir das análises que foram ou ainda estão sendo feitas, das contribuições também dos Vereadores, tentaremos chegar a uma proposta que consiga incorporar, na medida do possível, aquilo que foi sendo trazido.

Quero deixar claro, neste momento, para que depois não tenhamos uma surpresa à frente, que não é pelo fato de determinadas questões terem sido levantadas, apresentadas que elas automaticamente são incorporadas à proposta. Existe uma análise. Existirão propostas incorporadas e propostas que não poderão ser incorporadas. E o fato de elas não serem

incorporadas não quer dizer que todo o processo participativo não valeu. Estou falando isso porque às vezes as pessoas consideram que, por que participaram, por que apresentaram uma proposta e ela não foi incorporada, o processo participativo não funcionou. É claro que, se nada for incorporado, se tudo for desconsiderado, se simplesmente aprovarmos o projeto tal como ele veio para cá, ou com alterações que não foram discutidas, o processo poderia ser questionado. Mas não é porque algumas questões não puderam ser incorporadas. Até porque existem posições em conflito, algumas estão colocadas aqui, mas outras não estão, porque elas não apareceram diretamente no debate, mas elas existem e vão aparecer ao longo desse processo que ainda tem alguns meses para ser encerrado.

Essa é a síntese que tínhamos para apresentar. Hoje também não tivemos tempo de olhar e sistematizar todo o material, que é muita coisa: são centenas, talvez milhares de páginas de transcrição das audiências públicas.

A Câmara Municipal de São Paulo, contratou uma instituição, o Centro de Estudos da Metrópole que é ligado ao Sebrap, para poder nos apoiar nesse trabalho na relatoria, para poder ajudar a fazer essas esquematização. Vamos fazer essa análise toda, vão oferecer algum estudo do território, para que possamos, em conjunto com as contribuições do Executivo e por outros Vereadores, possamos, de alguma maneira oferecer o melhor trabalho da Câmara Municipal de São Paulo, que está contribuindo para a qualificação do processo.

Agradeço todos os funcionários da Casa, que ajudaram nesse trabalho. A TV Câmara, que cobriu todas as audiências públicas, além de fazer transmissões ao vivo de algumas; a Secretaria da Comissão de Política Urbana, o pessoal da gravação e da taquigrafia que transcreve todo esse trabalho, a assessoria da Comissão, assessoria dos Vereadores, particularmente, do presidente da Comissão, nobre Vereador Andrea Matarazzo, Vereador Police Neto, Vereador Paulo Frange, da minha assessoria que acompanharam todas as audiências públicas, e de outros vereadores, dizer que ainda temos muito trabalho pela frente para poder chegar no final desse processo. Muito obrigado a todos!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer nosso relator. Anunciar a presença do ex-vereador Mohamad Said Mourad. Passo a palavra ao Sr. Secretario Fernando Melo Franco.

O SR. FERNANDO MELO FRANCO – Boa noite a todos. Inicialmente, cumprimento a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, a relatoria e toda a equipe aqui que fez esse trabalho, não só, de sistematização, de síntese dessas propostas, como também pela qual todos conduziram esse processo de audiências públicas realizadas a partir do Legislativo. Ao mesmo tempo, e talvez até mais importante, cumprimento todos os presentes e aqueles que por ventura não estão presentes, e que também tem participado ativamente e sem duvida nenhuma está havendo a formulação de um conjunto muito grande e substantivo de contribuições que nos do Executivo estamos plenamente seguros de que estão enriquecendo o processo de elaboração do Plano Diretor, até porque compreendemos que não se trata apenas da elaboração de um projeto de lei por parte do Poder Executivo que será avaliado positivo ou negativo, mas que esse processo, é um processo de construção coletiva com a sociedade. Um processo de pactuação e que, portanto, o PL enviado pelo Executivo, não teve e não teria podido ter, nenhuma pretensão de ser de fato um texto final e definitivo. Estamos plenamente abertos a esse processo de dialogo, o Executivo não só empreendeu algo, como 40 e tantas audiências e oficinas públicas que se somam a todas essas realizadas pelo Legislativo, totalizando quase que 100 eventos. Isso é muito importante a gente ressaltar. Participamos de todas as audiências organizadas pelo Legislativo e desde que enviamos o PL à Câmara Municipal de São Paulo, continuamos a trabalhar, até porque continuamos a receber propostas comentários e criticas vindas da sociedade e estamos ativamente colaborando nesse processo de avaliação aqui realizada pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Estamos bastante satisfeitos que se por um lado inúmeras criticas, sugestões, e discordâncias a respeito da essência do plano, no fundo entendemos que em grande parte a sua excência está mantida, como por exemplo, à necessidade de que nós todos tenhamos

ações efetivas visando a redução da vulnerabilidade, enfrentamento do violento déficit habitacional da cidade, visando estruturar o desenvolvimento da cidade a partir de uma outra relação com toda uma lógica de mobilidade garantindo a preservação da memória da cidade, do patrimônio histórico, do patrimônio ambiental, entre outras, acredito haver uma serie de teses que também estão sendo referendadas, acredito ser muito importante e a partir disso que temos condições de debater os mecanismos de aprimoramento, refinamento, de calibragem de cada um dos instrumentos presentes nesse texto em debate.

Parabéns para a Câmara Municipal de São Paulo e parabéns a todos. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra, Dr. Maurício.

O SR. MAURÍCIO – Muito rapidamente, até porque me encontro em uma situação profundamente ingrata nesse momento, porque existe uma ação judicial proposta por setores da sociedade civil contra o Plano Diretor, essa ação exige a intervenção do Ministério Público, não sou eu o Promotor quem vai intervir nessa ação, mas quero dizer que não estive em uma, duas, três, mas em várias audiências públicas, criticas podem ser feitas, mas jamais no sentido de que não houve participação popular, de que não foi dada oportunidade de todos os segmentos a população expressarem, seus desejos, sua visão de ansiedade, seus propósitos em relação à cidade. Tenho certeza que o plano diretor, quando é concebido é concebido a partir de uma visão de cidade. Natural que essa visão de cidade tenha o administrador, afinal de contas ele é eleito para isso, eleito pelo povo exatamente para isso, essa visão de cidade não é imposta, é proposta, debatida, discutida, por fim, votada em uma Casa Legislativa e tenho absoluta convicção de que o pior lugar para se discutir plano diretor, é a barra dos tribunais,. Esse seguramente é o pior dos foros, para discutir o futuro de uma cidade, discutir plano diretor. Não sei a posição do meu colega que atua na ação judicial, apenas chamo a ideia, à necessidade de que seja promovido, não apenas nesse momento, mas ao longo e de toda a tramitação desse processo legislativo, a possibilidade permanente do dialogo, do

entendimento, que seguramente se dependermos da penada, de um magistrado para decidir se o plano continua, se o plano para, não é isso que a cidade espera, não é isso que a cidade precisa, mas que a cidade, na verdade, exigem de todos nós operadores da sociedade remunerados pelo Poder Público. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra o nobre Vereador Nabil Bonduki.

O SR. NABIL BONDUKI – Citei nossos vários apoiadores nesse processo, não me referi, mas faço um agradecimento especial a todos os técnicos e dirigentes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, que foram as 44 audiências públicas, hoje estou vendo aqui que além do Fernando e do Kazuo, que citei no início, vejo vários outros técnicos e representantes da Secretaria e realmente a presença deles, ao longo de todo esse processo, foi de fundamental importância para que pudéssemos estabelecer esse bom relacionamento entre o Legislativo e o Executivo, estar avançando no trabalho do Plano Diretor. Queria agradecê-los e obviamente a todos vocês que vieram aqui, além dos que já vieram aqui ao longo de várias audiências públicas, no dia 19 de dezembro, estamos com a sala cheia que mostra o interesse e a possibilidade da participação. Podemos falar qualquer coisa, mas o que não podemos dizer é que não houve espaço para a participação nesse processo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Com a palavra a Sra. Lia, Conselheira da Vila Nova Esperança, zona Oeste.

A SRA LIA – Boa noite a todos. Sou líder da Vila Nova Esperança. Estou hoje aqui mais para pedir, pedir ao secretário. Mas quero dizer a vocês o seguinte: a Vila Nova Esperança, não tem mais tempo para esperar. Eu mesmo, quem moro lá, já tenho 50 anos, não posso mais esperar. Preciso que urbanize a Vila Nova Esperança e antes de qualquer um dos senhores começar a urbanização, nós já estamos fazendo nossa parte, que é a preservação. Onde existe a preservação das árvores, também tem de preservar vida. E ali

temos vida. Pessoas que nasceram e cresceram ali. Por olhem com carinho para a Vila Nova Esperança e vamos transformar nossa vila em uma vila ecológica. Já começamos essa transformação, só falta o Poder Público dizer sim. Em janeiro estamos com a ideia, com ajuda do Meio Ambiente, a limpar os córregos. A Vila Nova Esperança está dentro da ZEI, só falta aprovação. Peço, encarecidamente, não deixa mais ficarmos sem dormir, porque por causa de uma ação civil publica, quase não conseguimos dormir mais no meio daquele lugar. Isso não é vida! Se vamos preservar a natureza, o ser humano também é natureza. Vamos preservar a vida de quem residem ali. Ali dá para fazer uma vila que servirá de exemplos para outros lugares. Tenho certeza disso, e vocês arquitetos, engenheiros, sabem muito mais do que eu, que podem fazer diferença. Vamos mostrar para à Cidade de São Paulo que pobre viver dentro de uma área verde. Não só o rico. Já construímos hortas, e agora estamos construindo casinhas para colocar o lixo para não ficar na rua para cachorro vir e abrir para jogar dentro do parque. Preserve a vida do ser humano e a mata que precisa do ser humano. Sou defensora do Meio Ambiente. Muitos que estão defendendo o Meio Ambiente estão sentados em uma cadeira macia, mas não está indo lá correr atrás de caminhões para evitar que jogue dentro da mata. E eu estou fazendo isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) –Com a palavra a Sra. Raquel Ronique.

A SRA. RAQUEL RONIQUE –Gostaria de pedir a mesa, para poder chamar, vários companheiros que foram autores desse documento que farei a lei. Thiago, Luciana Bedesque, Dito, Jurema, Victor, Álvaro. Vários se inscreveram e a partir dessa leitura estão propondo retirar sua inscrição. Esse é um documento do Movimento pelo à Cidade, no Plano Diretor. Elaborado por meio de um processo de discussão entre 47 entidades e associações que subscrevem esse documento: Arquitetura da Gentrificação; Associação Anjos da Paz; Associação Conde de São Joaquim; Associação dos Moradores da Comunidade Pantanal Zonal Sul; Associação dos Moradores e Amigos da Santa Ifigênia e Luz – AMOALUZ; Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste; Associação Estrela

Guia da Região Sudeste; Associação Habitação e Dignidade – AHD; Associação Nova Heliópolis; Bike Anjo São Paulo; Central de Movimentos Populares – CMP; Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos – CGGDH; Cidades Para Pessoas; Coletivo Periferi atividade; Coletivo Prestando Contas; Conselho Gestor da ZEIS 3 C 016 Sé: Representantes da moradia; Ciclo ZN; Ciclocidade – Associação dos Ciclistas Urbanos de São Paulo; Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Núcleo de Habitação e Urbanismo; Escritório Modelo – Dom Paulo Evaristo Arns (PUC São Paulo); Fórum de Ambulantes da Cidade de São Paulo; Fórum Suprapartidário por uma São Paulo Saudável e Sustentável; Frente de Luta pela Moradia – FLM; Grupo de Articulação De Moradia Para o Idoso da Capital – GARMIC; Instituto de Lutas Sociais – ILS; Instituto CicloBR de Fomento à Mobilidade Sustentável; Instituto Pólis; Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos – LabHab (FAU-USP); Laboratório Espaço Público e Direito à Cidade – LabCidade (FAU-USP); Mootiro Maps; Movimento Apropriação da Luz; Movimento de Defesa Do Favelado – MDF; Movimento de Habitação e Ação Social – MOHAS; Movimento de Moradia da Cidade – MMC; Movimento de Moradia da Região Centro – MMRC; Movimento de Moradia Para Todos – MMPT; Movimento Nacional da População De Rua; Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM; Movimento Sem Terra Leste 1; Movimento Sem Teto da Zona Oeste e Noroeste; Movimento Sem Teto do Heliópolis; Pedal Verde; Secretaria Executiva da Rede Nossa São Paulo; União dos Movimentos de Moradia – UMM; União dos Movimentos de Moradia Independente da Zona Sul – UMMZIS; União Independente da Zona Sul – UIZ SUL1 e Unificação das Lutas De Cortiços E Moradia – ULCM.

Basicamente, esse documento começa reconhecendo que o Plano enviado para a Câmara traz diretrizes e propostas muito importantes para a cidade. Por exemplo, a priorização do transporte público para a mobilidade urbana, a reorganização das densidades da Cidade de acordo com os eixos do transporte coletivo de massa; o reequilíbrio dos usos no território entre a oferta de trabalho e o local de moradia.

Entretanto, o documento coloca problemas e questões que ainda precisam ser enfrentadas nessa fase de discussão na Câmara e que esperamos possam ser contempladas agora pelo substitutivo.

Como está formulado, o Plano ainda corre o risco de reiterar o histórico-padrão de segregação urbana da cidade de São Paulo na medida em que não estão introduzidos instrumentos claros de ruptura com a lógica da produção das periferias e da expansão urbana predatória que pressiona os mananciais e as áreas ambientalmente sensíveis. Também não são contemplados adequadamente os grupos urbanos mais vulneráveis: a população de menor renda e o pequeno comércio, o comércio de pequena escala.

A proposta, embora anuncie isso, ainda não supera o paradigma do carro ao ignorar os modos não motorizados como um possível padrão de mobilidade, assim como não contempla a heterogeneidade e diversidade dos territórios da Cidade ao considerar fundamentalmente potencial construtivo e uso como os elementos balizadores no processo de transformação. Além de potencial construtivo e uso, consideramos que é necessário se atentar para os aspectos culturais, afetivos, educativos, de uso dos espaços públicos e das entidades dos territórios que hoje demarcam esses territórios com novas práticas sociais.

O Plano propõe áreas mistas mais adensáveis ao longo do eixo transporte coletivo, mas, para transformar o adensamento construtivo em adensamento populacional de maneira heterogênea e incluyente e respeitar as especificidades socioculturais e ambientais das diferentes partes do território, o Plano precisa avançar.

A democratização da Cidade entendida como ampliação da esfera decisória nos projetos políticos e do controle social e o efetivo, autoaplicável cumprimento da função social da propriedade ainda são lacunas a serem superadas e que não definem as formas de controle e participação social, principalmente nos principais instrumentos.

Por fim, o Plano não prevê um dispositivo específico para salvaguardar os direitos da população de baixa renda, submetidas a situações de vulnerabilidade, no caso de remoções

forçadas decorrentes de obras e políticas, ao não introduzir realmente instrumentos que melhorem as condições de vida dessas populações.

Nesse sentido, o Movimento pelo Direito à Cidade no Plano Diretor de São Paulo, aqui constituído, reivindica a inclusão das seguintes propostas... E aí fazemos as propostas concretas para tornar bem preciso. Propostas concretas para os artigos que já estão no Plano.

- Mudança de orador. Sem identificação.

A SRA. - “Promover a democratização, diversificação e equilíbrio socioambiental no processo de transformação da cidade. Inclusão socioterritorial nos eixos de estruturação da transformação urbana

• Demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e autoaplicabilidade da Cota de Solidariedade de forma a garantir no mínimo 30% do potencial construtivo previsto para os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana para Habitação de Interesse Social (HIS);

• Garantia do reassentamento das populações atingidas pelas intervenções de transporte público dentro do perímetro dos Eixos;

• Desestímulo do avanço da ocupação nas áreas de mananciais através da delimitação de parques e áreas de proteção, de incentivos a usos compatíveis com a produção de água, da delimitação de área rural por meio da delimitação de ZEIS e aplicação da Cota de Solidariedade nos eixos que atravessam a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental;

• Estratégias para garantir existência de áreas livres dos eixos de adensamento e cotas para espaço público;

• Criação de instrumentos que garantam a utilização dos espaços públicos às atividades socioculturais e ambientais locais, ao pequeno comércio e ao comércio ambulante;

• Restrição aos grandes empreendimentos comerciais – dependentes de automóveis – e estímulo ao pequeno comércio;

• Restrição total às vagas de estacionamento;

- Diferenciação dos padrões de ocupação dos eixos de acordo com as macroáreas, a capacidade de suporte dos modais de transporte e as características urbanísticas, culturais e ambientais existentes nos territórios pelos quais atravessa.

REGULAR AS ÁREAS NÃO CONTIDAS NOS EIXOS DE ACORDO COM AS DIRETRIZES GERAIS DA POLÍTICA URBANA

CONTROLE DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO NA CIDADE

- Fim dos instrumentos urbanístico de exceção tais como Concessão Urbanística e Áreas de Intervenção Urbana;
 - Fim das áreas não computáveis para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento;
 - Utilização do Fator de Planejamento por uso, de acordo com os diferentes objetivos, no cálculo da Outorga Onerosa;
 - Regramento para associar o uso de potencial construtivo adicional à produção de espaço público e habitacional;
 - Previsão de zonas especiais para pequeno comércio e perímetros específicos nos espaços públicos para o comércio ambulante;
 - Controle do tamanho máximo das áreas e das frentes comerciais;
 - Garantia da autoaplicabilidade dos instrumentos urbanísticos que visem ao cumprimento da função social da terra como IPTU Progressivo no Tempo, PEUC, Instituto do Abandono.
 - Exigência de aumento de áreas permeáveis em grandes empreendimentos e estacionamentos (existentes e novos);
 - Revisão da dispensa do Estudo de Impacto de Vizinhança em caso de realização do Estudo de Impacto Ambiental;”
- Mudança de orador. Sem identificação.

O SR. – Boa noite a todos. Continuo a leitura.

“PRIORIZAR O ATENDIMENTO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 SALÁRIOS-MÍNIMOS

- Revisão dos percentuais destinados às diferentes faixas de renda nas ZEIS – de acordo com o déficit do município – e atendimento público prioritário à faixa de renda mais vulnerável (0 a 1 S.M.)

- Dividir a Faixa 1 em 1A (0 a 1 S.M.) e 1B (1 a 3 S.M.), a fim de se garantir o atendimento e a definição de demanda para a faixa de renda mais vulnerável;

- Ampliar a destinação para HIS em todas as ZEIS, de acordo com o déficit habitacional do município;

Não tem sentido termos 80% do déficit habitacional no 0 a 3 e as ZEIS atender só a 25%, como está proposto no 4.

- Retirar HMP de ZEIS 1 e 4, já que estas ZEIS têm como função a manutenção da população residente, cuja renda não ultrapassa o limite de 6 S.M.;

- Incluir um percentual mínimo para ‘outros usos’ a fim de garantir a manutenção do pequeno comércio nas áreas ocupadas.

- Definição de uma política habitacional de locação social específica para a população de renda mais baixa e assentados em logradouros e praças públicas;”

Estava falando basicamente da população em situação de rua.

- Regulamentação do instrumento da Cota de Solidariedade para produção de HIS

- Respeito ao direito de posse dos moradores de assentamentos informais, inclusive nos processos de remoção;

- Estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo que garantam a existência de espaços socioprodutivos nos EHIS e promovam a diversificação de usos em seu entorno”.

- Mudança de orador. Sem identificação.

O SR. – Vou falar sobre a priorização de pedestres e ciclistas e usuários de

transporte coletivo. Nós protocolamos algumas propostas detalhadas em artigos. Mas a proposta é a seguinte:

“• Estímulo à reestruturação da rede de transporte público de modo a promover ligações entre bairros;

• Instituir órgão responsável pela formulação e implementação da política para veículos não motorizados e pedestres;

• Garantir a circulação segura de bicicletas e outros veículos não motorizados em todas as vias da cidade, seja através de construção de infraestrutura específica ou da promoção de medidas que facilitem o compartilhamento com os demais veículos;

• Definição no Plano Diretor de uma rede estrutural de transporte cicloviário articulada aos demais modais de transporte urbano, equipamentos públicos e centralidades;

• Definição de diretrizes, componentes e ações estratégicas para o sistema de circulação de pedestres;

• Garantia de fonte de recursos para implementação de infraestrutura cicloviária e de pedestres. Através do FUNDURB e/ou do FMDT, Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito.

• Desestímulo ao uso do automóvel com a restrição de vaga de garagem, consolidação dos corredores e faixas exclusivos de transporte público, política de restrição de estacionamento em vias e definição dos estacionamentos como áreas subutilizadas.”

- Mudança de orador. Sem identificação.

A SRA. – Vou apresentar sobre participação e controle social. Nós precisamos avançar na participação e na efetividade do controle social. No Plano estão previstos vários espaços participativos, mas poucos espaços de caráter decisório de fato e pouco controle social. Neste sentido, faz-se necessário:

“• Garantia do espaço de participação nos processos decisórios, inclusive na definição das pautas particularmente no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

- Transparência e controle social dos conselhos de gestão dos fundos, particularmente FUNDURB e conselhos de Operações Urbanas com composição paritária e maior participação da sociedade civil;

- Assessoria técnica independente para os conselhos para apoiar os conselheiros da sociedade civil; e divulgação didática prévia de todo o conteúdo dos projetos;

- Ampliação da participação social na composição dos conselhos participativos;

- Ampliação de acesso à informação

- Previsão da exigibilidade de Estudo de Impacto Social em obras de infraestrutura, projetos de regularização fundiária e urbanística, e outras intervenções que provoquem deslocamento de moradores, alteração do perfil de bairros e outros impactos significativos;

- Obrigatoriedade de formação imediata de Conselhos Gestores desde a etapa de elaboração do projeto sempre que houver qualquer intervenção, pública ou privada, sobre os perímetros de ZEIS 1.

- Criação de instâncias de integração e articulação das políticas setoriais, das políticas públicas e prestadoras de serviços e dos representantes nos diversos conselhos da cidade em Núcleos Regionais de Planejamento abertas à participação de toda população.

- Estabelecer formas de controle popular sobre as Parcerias Público-Privadas em todas as formas dessa associação, com ampla participação das populações afetadas.”

- Mudança de orador. Sem identificação.

A SRA. – Estamos distribuindo esse documento (Segue)

A SRA. - “Promover a democratização, diversificação e equilíbrio socioambiental no processo de transformação da cidade. Inclusão socioterritorial nos eixos de estruturação da transformação urbana

- Demarcação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) e autoaplicabilidade da Cota de Solidariedade de forma a garantir no mínimo 30% do potencial construtivo previsto para os Eixos de Estruturação da Transformação Urbana para Habitação de Interesse Social (HIS);
- Garantia do reassentamento das populações atingidas pelas intervenções de transporte público dentro do perímetro dos Eixos;
- Desestímulo do avanço da ocupação nas áreas de mananciais através da delimitação de parques e áreas de proteção, de incentivos a usos compatíveis com a produção de água, da delimitação de área rural por meio da delimitação de ZEIS e aplicação da Cota de Solidariedade nos eixos que atravessam a Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental;
- Estratégias para garantir existência de áreas livres dos eixos de adensamento e cotas para espaço público;
- Criação de instrumentos que garantam a utilização dos espaços públicos às atividades socioculturais e ambientais locais, ao pequeno comércio e ao comércio ambulante;
- Restrição aos grandes empreendimentos comerciais – dependentes de automóveis – e estímulo ao pequeno comércio;
- Restrição total às vagas de estacionamento;
- Diferenciação dos padrões de ocupação dos eixos de acordo com as macroáreas, a capacidade de suporte dos modais de transporte e as características urbanísticas, culturais e ambientais existentes nos territórios pelos quais atravessa.

REGULAR AS ÁREAS NÃO CONTIDAS NOS EIXOS DE ACORDO COM AS DIRETRIZES

GERAIS DA POLÍTICA URBANA

CONTROLE DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO NA CIDADE

- Fim dos instrumentos urbanístico de exceção tais como Concessão Urbanística e Áreas de Intervenção Urbana;
- Fim das áreas não computáveis para efeito do cálculo do coeficiente de aproveitamento;
- Utilização do Fator de Planejamento por uso, de acordo com os diferentes objetivos, no cálculo da Outorga Onerosa;
- Regramento para associar o uso de potencial construtivo adicional à produção de espaço público e habitacional;
- Previsão de zonas especiais para pequeno comércio e perímetros específicos nos espaços públicos para o comércio ambulante;
- Controle do tamanho máximo das áreas e das frentes comerciais;
- Garantia da autoaplicabilidade dos instrumentos urbanísticos que visem ao cumprimento da função social da terra como IPTU Progressivo no Tempo, PEUC, Instituto do Abandono.
- Exigência de aumento de áreas permeáveis em grandes empreendimentos e estacionamentos (existentes e novos);
- Revisão da dispensa do Estudo de Impacto de Vizinhança em caso de realização do Estudo de Impacto Ambiental;

- Mudança de orador. Sem identificação.

O SR. – Boa noite a todos. Continuo a leitura.

PRIORIZAR O ATENDIMENTO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO DE 0 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS

- Revisão dos percentuais destinados às diferentes faixas de renda nas ZEIS – de acordo com o déficit do município – e atendimento público prioritário à faixa de renda mais vulnerável (0 a 1 S.M.)
 - Dividir a Faixa 1 em 1A (0 a 1 S.M.) e 1B (1 a 3 S.M.), a fim de se garantir o atendimento e a definição de demanda para a faixa de renda mais vulnerável;
 - Ampliar a destinação para HIS em todas as ZEIS, de acordo com o déficit habitacional do município;

Não tem sentido termos 80% do déficit habitacional no 0 a 3 e as ZEIS atender só a 25%, como está proposto no 4.

- Retirar HMP de ZEIS 1 e 4, já que estas ZEIS têm como função a manutenção da população residente, cuja renda não ultrapassa o limite de 6 S.M.;
 - Incluir um percentual mínimo para ‘outros usos’ a fim de garantir a manutenção do pequeno comércio nas áreas ocupadas.
-
- Definição de uma política habitacional de locação social específica para a população de renda mais baixa e assentados em logradouros e praças públicas;

Estava falando basicamente da população em situação de rua.

- Regulamentação do instrumento da Cota de Solidariedade para produção de HIS
- Respeito ao direito de posse dos moradores de assentamentos informais, inclusive nos processos de remoção;
- Estabelecimento de normas de uso e ocupação do solo que garantam a existência de espaços socioprodutivos nos EHIS e promovam a diversificação de usos em seu entorno.

O SR. – Vou falar sobre a priorização de pedestres e ciclistas e usuários de transporte

coletivo. Nós protocolamos algumas propostas detalhadas em artigos. Mas a proposta é a seguinte:

- Estímulo à reestruturação da rede de transporte público de modo a promover ligações entre bairros;
- Instituir órgão responsável pela formulação e implementação da política para veículos não motorizados e pedestres;
- Garantir a circulação segura de bicicletas e outros veículos não motorizados em todas as vias da cidade, seja através de construção de infraestrutura específica ou da promoção de medidas que facilitem o compartilhamento com os demais veículos;
- Definição no Plano Diretor de uma rede estrutural de transporte cicloviário articulada aos demais modais de transporte urbano, equipamentos públicos e centralidades;
- Definição de diretrizes, componentes e ações estratégicas para o sistema de circulação de pedestres;
- Garantia de fonte de recursos para implementação de infraestrutura cicloviária e de pedestres. Através do FUNDURB e/ou do FMDT, Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito.
- Desestímulo ao uso do automóvel com a restrição de vaga de garagem, consolidação dos corredores e faixas exclusivos de transporte público, política de restrição de estacionamento em vias e definição dos estacionamentos como áreas subutilizadas.

A SRA. – Vou apresentar sobre participação e controle social. Nós precisamos avançar na participação e na efetividade do controle social. No Plano estão previstos vários espaços participativos, mas poucos espaços de caráter decisório de fato e pouco controle social. Neste sentido, faz-se necessário:

- Garantia do espaço de participação nos processos decisórios, inclusive na definição das pautas particularmente no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;

- Transparência e controle social dos conselhos de gestão dos fundos, particularmente FUNDURB e conselhos de Operações Urbanas com composição paritária e maior participação da sociedade civil;
- Assessoria técnica independente para os conselhos para apoiar os conselheiros da sociedade civil; e divulgação didática prévia de todo o conteúdo dos projetos;
- Ampliação da participação social na composição dos conselhos participativos;
- Ampliação de acesso à informação
- Previsão da exigibilidade de Estudo de Impacto Social em obras de infraestrutura, projetos de regularização fundiária e urbanística, e outras intervenções que provoquem deslocamento de moradores, alteração do perfil de bairros e outros impactos significativos;
- Obrigatoriedade de formação imediata de Conselhos Gestores desde a etapa de elaboração do projeto sempre que houver qualquer intervenção, pública ou privada, sobre os perímetros de ZEIS 1.
- Criação de instâncias de integração e articulação das políticas setoriais, das políticas públicas e prestadoras de serviços e dos representantes nos diversos conselhos da cidade em Núcleos Regionais de Planejamento abertas à participação de toda população.
- Estabelecer formas de controle popular sobre as Parcerias Público-Privadas em todas as formas dessa associação, com ampla participação das populações afetadas.

A SRA. - Estamos distribuindo esse documento, que está sob a forma de uma petição *on-line*. Há, depois desses 47 assinantes, mais novos 92 que continuaram assinando. Convidamos todos os presentes, entidades, associações a nos somar a essa iniciativa, a esse movimento, para garantir o direito à cidade no Plano Diretor.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Professor Luiz Carlos

Costa, do Movimento Defenda São Paulo. O documento também está aberto para comentário.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS COSTA – Queria saudar todos os presentes, os apresentadores do trabalho e os elaboradores da proposta do PDE.

Já fiz vários documentos comentando aspectos ligados ao Plano Diretor. Eles estão num *blog* que organizei para ficar à disposição de quem queira. Vou me limitar, dado o limite de tempo, a destacar somente os aspectos que mais me preocupam na proposta do Plano Diretor. São aspectos que não só merecem críticas, como com certeza têm consequências definitivas e graves para a cidade.

O primeiro ponto que deveria ser alterado e os vereadores não poderão deixar passar em branco é o seguinte: por razões que desconheço já se permite, já se propõe uma grande liberdade de construção para os empreendimentos imobiliários, que há mais de quase uma década invadem todos os bairros da cidade. Essa invasão é feita por força da lógica do comércio e da força do dinheiro. E isso é dado meio de graça, na medida em que se permite um alto índice de aproveitamento dos terrenos e nenhum controle sobre o potencial construtivo, que pode ser definido para cada parte da cidade.

Não se pode deixar isso assim, porque a prosseguir esse processo, teremos agravado todos os problemas de transporte, congestionamento, mobilidade, meio ambiente, exclusão social, na medida em que há uma progressiva expulsão da população de baixa renda pelos habitantes mais preferidos como objeto do comércio imobiliário. Então, o comércio imobiliário não pode deixar de aceitar; e no discurso que desenvolvem aceitam todas as restrições que o Poder Público e só o Poder Público pode impor em nome da defesa dos interesses que estão prejudicados por esse progressivo, continuado e ininterrupto adensamento da Cidade.

Ao contrário, a ideia do adensamento é constantemente colocada como uma espécie de objetivo legítimo. A gente deve ter uma Cidade tão adensada quanto necessária

para bem aproveitar a infraestrutura, os serviços públicos e as condições de vida e não mais do que isso. É necessário admitir uma limitação com embasamento técnico e legitimidade política para essa atividade tão importante. Não fazendo isso, prevemos para os próximos cinco anos, uma situação grave, porque a despeito de todos os nossos desejos de mudar a dinâmica urbana, essa dinâmica vai se manter e as consequências dela serão cada vez mais impossíveis de serem corrigidas.

O segundo aspecto é o seguinte: não sei também por que desapareceu do horizonte das propostas a ideia de um planejamento local, ou seja, planejamento de bairro, planejamento de zonas que permitisse uma participação positiva daqueles que mais têm interesse nas condições de vida locais. Isso seria um objetivo importante e necessário para esse Plano: caminhar no sentido da instituição de zonas locais, onde as normas de uso do solo seriam definidas não apenas considerando diretrizes gerais do Plano Diretor, mas as particularidades de cada bairro, de cada condicionamento funcional e físico de cada cidade. Isso me parece fundamental porque é a única esperança do morador, da população, ter a possibilidade de ter voz ativa sobre o futuro da cidade ou da parcela desta cidade em que vive. Então, está faltando isso e deveria ser sistematizado.

Outra questão que me preocupa é o caráter – não sei como se diria – simples ou sumário da proposta dos eixos de estruturação urbana ao longo dos corredores de ônibus no seguinte sentido: é lógico que a intenção de se colocar pessoas junto aos meios de transporte delas e poupando longas viagens, etc. é absolutamente correto. A ideia do corredor exclusivo é absolutamente essencial e há muito proposta, mas o que não está satisfatório é admitir uma espécie de corredor, uma espécie de parede de alta densidade com padrão construtivo especial que se sobrepõe e passa por cima de cada bairro. Então, na medida em que justamente não existe o plano de bairro que mencionei anteriormente, essa nova figura que vai cortar a cidade não oferece nenhuma segurança de que vai ser viável em termos de aproveitar uma sobra da capacidade de transporte que não está medido e não se sabe qual é e de se

sobrepôr a bairros já constituídos, que têm prédios, edificações.

Então, eu diria que estaria inteiramente de acordo com o espírito da coisa que seria vamos adensar tanto quanto possível ao longo do corredor, mas não num espaço rígido de 150 ou 200 metros de cada lado da via, porque isso desestruturaria completamente todos os bairros constituídos que serão atravessados por isso. É um cuidado fundamental de aprimorar e completar esse planejamento.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Professor, eu vou lhe pedir desculpas, mas preciso que o senhor conclua, por favor.

O SR. LUIZ CARLOS COSTA – Vou me limitar a falar o seguinte: existe uma série de observações sobre a consistência do plano físico da cidade para o conjunto da cidade. Foram propostos elementos estruturadores, tanto ao longo dos corredores de ônibus, como ao longo do Arco do Futuro, que ainda não foi suficientemente explicitado e não se sabe o que é, como vai ser desenvolvido e em que condições.

Esse plano da cidade no seu conjunto está ainda falho, precisa ser preenchido para o conjunto da cidade em que vive a maioria absoluta da população e para a qual existe certa ausência de proposta que faz supor que as regras do mercado imobiliário serão as únicas a serem seguidas pela população.

Vou parar por aqui e agradeço a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Professor. Vocês estão notando a nossa tolerância nas falas, mas ela pode prejudicar o nosso desempenho como um todo. Então, a gente vai manter essa tolerância, porque temos visto que a permanência nas reuniões aqui na Casa é maior do que em outros locais. Tentaremos manter até o fim uma tolerância um pouco maior do que a gente vem conseguindo realizar em outras regiões.

Tem a palavra o Sr. Heitor Mazagão Tommazini, coordenador do Movimento Defesa São Paulo.

O SR. HEITOR MAZAGÃO TOMMAZINI – Obrigado aos Vereadores Police Neto,

Nabil Bonduki e a todos os vereadores da Casa. Obrigado ao Secretário Fernando de Mello Franco e a todos os que me antecederam. Parabéns e obrigado a todos os presentes, porque esse é o esforço da cidadania que nos traz aqui e é de grande importância esse processo democrático que se constroi.

De fato, o processo de construção democrática é algo que devemos defender o máximo possível com toda a força, porque nasceu de muitos e muitos anos. Devemos defender que não retraia nunca e sim sempre avance. Parabenizo o processo que se deu de 44 audiências públicas na Câmara Municipal, sendo de fato um processo que deve ocorrer sempre em todas as esferas, em todas as discussões.

Esse é o processo de formalidade, que é a essência do processo democrático: a realização das audiências públicas, a sistematização, ouvir todas as pessoas. Fiquei pensando em quanta inteligência que veio contribuir para o processo de construção nesse processo democrático que se dá. E é isso que a gente defende. E esse processo de formalidade, assim como o Dr. Mauricio falou sobre a questão de uma entidade que entrou com uma ação judicial, é exatamente um processo de construção que se faz dessa formalidade. Os processos democráticos só se constituem, só viram força da sociedade civil quando as formalidades são cumpridas. De que vale a gente fazer um monte de discussão se depois tudo o que falarmos não for incorporado ao texto ou não, mas de uma forma científica, técnica, comprovada, que possa dizer que melhorou. O que as pessoas disseram foi bom e importante.

Então, fomos nós que entramos com a ação civil pública, contra o processo do Plano Diretor na Prefeitura, porque entendemos que a regra, a lei, foi quebrada lá na Prefeitura. Mas, nós não fizemos isso sem avisar a Prefeitura antes e essa foi uma questão que queria deixar clara para todos. Foi o movimento Defenda São Paulo, porque discutimos a legalidade do procedimento e é nesse ponto que está sendo discutido. E fizemos isso também no Governo passado. O Vereador Police Neto também realizou 40 audiências públicas do projeto do Kassab e estamos discutindo isso. Por causa de um vício anterior, um erro anterior

que estava sendo feito também.

Na verdade, lutamos para que esse sistema todo de construção democrática, de oitiva, porque essas discussões realizadas na Câmara com 44 audiências foram com um texto base, ou seja, foi um projeto de lei material que as pessoas puderam ler, consultar e discutir. No caso do Executivo, que discutimos na ação judicial, o texto apareceu e 14, 10 dias depois o processo de discussão já estava finalizado. Quer dizer, discutiu-se antes sobre um texto que a gente pudesse conversar e debater, que é o que estamos fazendo no Legislativo. Não tivemos essa oportunidade de fazer no Executivo, além de entendermos que o C MPU – Conselho Municipal de Política Urbana - também não foi ouvido,

Eu acabei falando, mas não vim falar sobre isso. Trouxe outras matérias, mas eu não pude deixar de falar a partir do momento que o Dr. Maurício citou esse assunto. Ele não barrou a questão do IPTU por causa da questão da formalidade, da lei, do regimento interno que estava sendo fraudado, que não estava sendo conversado? E nós entramos como litisconsorte ativo na ação do IPTU ao lado do Ministério Público também, porque lutamos por esses processos de formalidade. É isso o que fazemos, lutamos não para enfraquecer o processo democrático, mas para fortalecê-lo, para que nunca seja desrespeitado por parte de qualquer pessoa, qualquer que seja o governante. Não importa que seja o Kassab, o Maluf, Serra ou Fernando Haddad. Acho que é esse processo que vale a gente discutir, um processo onde a sociedade luta por aquilo que ela lutou e construiu.

Para finalizar, tudo o que eu ia falar e que estava nesse papelzinho, o que vai valer a pena mesmo a gente ver no final das contas, o texto que a Raquel Rolnik leu, o texto que o Professor Luiz Carlos Costa leu, toda a produção de material que toda a sociedade fez em todas as audiências públicas é saber de fato como é que vai ser o substitutivo, o quanto o Poder Executivo vai permitir que o Vereador Nabil Bonduki ou outros vereadores possam incorporar aqueles quereres da sociedade civil sem conflitar com outros interesses políticos, por exemplo, ou interesses econômicos que às vezes barram aqueles quereres de fato de

interesse público que a sociedade civil vem discutir.

Por isso, a audiência pública é importante. E ela é importante lá, com o texto base lá, que é o que discutimos na lei. E assim também como a gente quer sempre que esse processo democrático se dê na Câmara também seja o mais democrático possível. Fazemos isso na defesa da cidade de São Paulo; fazemos isso na defesa dos interesses de cada cidadão e fazemos isso no fundamento constitucional da cidadania e da participação popular.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Peço que o Nabil volte à Mesa. Essa foi a quinta fala e eu tinha falado que iria passar três ou quatro *slides*. Numa brevíssima fala, decidi colocar no dia de hoje um pouco de lenha nesse nosso debate, porque precisa obrigatoriamente nos lançar desafios. É um pouco deles que vou tentar trazer em quatro ou cinco *slides*.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Vou abordar aquele que para nós tem sido o tema central do debate do Plano, que é a questão da moradia digna na Cidade. Utilizarei só ele, porque teremos ainda um tempo para incorporar uma série de outros. Então, tentaremos só apresentar esse.

Antes disso, queria falar sobre algo que considero importantenese momento de análise e de síntese. A decisão que o Parlamento vai tomar não é só um diálogo com Executivo, se não a gente fica imaginando que todas as audiências públicas serviram para a gente se abastecer de força para brigar com o Executivo. É muito mais do que isso. Se a gente não compreender os atores que estão envolvidos, aqueles que por bem participaram junto com a gente e outros que por mal não apareceram, porque teriam que ter aparecido, nos levam a compreender que não é só a relação com o Executivo que vai definir o que vai ser votado. E o que é bom para a gente é que quem queria se manifestar publicamente o fez e a gente está respaldado pelas manifestações públicas. Portanto, um pouquinho que a gente trás aqui

quando a gente mostra a questão do censo, é para tentar envolver o passo próximo, essas 900 mil unidades apontadas ao longo dos estudos que a administração vem fazendo, recuperando.

Essas são as áreas de ZEIS que estão na proposta que está na Casa. Por que a gente fala que é importante mostrar o mapa? Porque ele vai consolidar, e aí é esse o temor, consolidar a presença popular exclusivamente na franja e na borda. Não é isso que a gente vai tentar tirar da Casa, mas é isso que está grafado enquanto ZEIS até agora.

Passa o próximo. Aqui é um pouco para a gente interpretar o quanto a gente tem ZEIS no eixo – o eixo é mais escuro. Então esses são os eixos da transformação, e o quanto dentro dos eixos de transformação, em especial em áreas dotadas de infraestrutura, portanto, a parte mais central, se a gente tem ou não tem ZEIS, porque se a gente está falando numa cidade compacta, se a gente está falando, e acho que todas as falas que vieram até agora tentar compatibilizar a habitação, portanto, o adensamento populacional à oferta de transporte público coletivo, a gente vai ter que fazer o que tem cor se aproximar do que não tem cor nesse mapa, mas ainda não está assim. Então é aproximar o vermelho, o amarelo, o azul, por lógico já está na área dotada de estrutura porque as ZEIS que ali está, mas essa é uma questão central, porque ele vai dar respostas a diversos dos apontamentos que vem sendo feitos, aproximar o trabalho da moradia, produzir economia nesse eixo.

Passa o próximo. Aqui é um pouco para a gente entender o que tem numericamente de ZEIS. Então a gente tem 83,11% de ZEIS 1, 9,33%, que dá 15 milhões de metros quadrados de ZEIS 2, 8.3 milhões de metros quadrados de ZEIS 3, 5%, e ZEIS 4, 4.1 milhões, 2,5%. Mas passa o próximo que esse eu acho é o mais importante para a gente interpretar.

Fora das ZEIS a gente tem 5 milhões de metros quadrados, dentro dela a gente tem 500 mil de ZEIS 1, e a gente vai ter 17mil e 61 mil de ZEIS 2 e 3. E é dentro dessa orientação que a gente tem que trabalhar. Esse volume de ZEIS que representar 1,42 do total de ZEIS dentro do eixo que a gente vai saber ou não aproximar o cidadão, o trabalhador do

eixo de transporte e, portanto, do direito à cidade. E a partir disso que parte dos movimentos e a sua maioria veio à Casa dizer o seguinte: “Nós queremos ajudar o Relator a identificar dentro dos eixos quais as oportunidades de ZEIS 2 e 3 para que de fato o que está sendo falado como princípio do plano se materialize verdadeiramente”.

Então vou abordar exclusivamente essa questão, porque se o eixo é o eixo de transformação, é ele a estratégia apresentada no Plano. Então se tem um eixo que é o eixo da transformação, é dentro dele que está a estratégia do Plano e se ele estrategicamente não foi escolhido para a população de baixa renda ele não transformará a cidade. Portanto, não se apresentará definitivamente como um Plano renovador. Garantirá, talvez, fluxos maiores de transporte ao longo desses corredores, mas continuará carregando a população das extremidades – vermelhas – para a região central. Então o esforço que a gente tem que fazer, ele é um esforço verdadeiro, é conseguir dentro da área que não tem cor, garantir a cor, portanto, o direito à cidade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki)- Tem a palavra o Sr. Eduardo Mereje. Em seguida a Sra. Sigiildes.

O SR. EDUARDO MEREJE – Eu acho que já tive bastante tempo aqui, todo mundo já me conhece de certa forma e hoje é um dia de síntese e síntese é uma coisa muito importante para a gente saber quais são os passos que temos que dar posteriormente. Dentro dessa linha queria que vocês refletissem um pouco o que foi o Plano Diretor de 2002. Se vocês observarem bem o Plano Diretor anterior, ele praticamente não tinha nada de físico. Aquele sim a gente podia chamar de um plano de intenções, de uma certa forma. Eu vejo que nesse plano que está vindo agora algumas coisas estão sendo definidas pelo Plano Diretor, porque se a gente pensar bem, o Plano Diretor é exclusivamente físico. O ato físico do Plano Diretor é fundamental, se não estiver incorporado o ato físico perde todo sentido que o Vereador Police acabou de falar, que é justamente o foco na questão. Está certo, vai adensar 300 metros, 150

metros, mas será que não vamos estar ganhando um plano de zoneamento, que é uma coisa que nunca apareceu nesta cidade, que estava sempre sujeita à especulação imobiliária aqui, ou no meu bairro, que são confetes de adensamento e o restante é janela para que construam em locais determinados, ou seja, a especulação vem, manobras as áreas do terreno, aí vem o arquiteto, vem não sei quem mais, acertou e: “Vamos transformar o seu sobrado em um prédio. Você vai ganhar dois apartamentos” e fica essa guerra na cidade.

Então esse plano, em termos de ciclovias também, interessante, porque o Plano de Metas faz uma ligação com o Plano Diretor. Ele realmente fundamenta em termos físicos o Plano Diretor e é isso que temos que pensar. Mas, Planos Regionais, não façam o que fizeram com o Plano Diretor anterior, respeitem o Plano Diretor, porque vai ser muito triste, como eu assisti várias vezes no Plano Diretor anterior ver situações que eram atropeladas até no sentido de misturar água com esgoto, como fizeram em Moema nessa tubulação ridícula.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) - Informo que as inscrições estão encerradas. Peço que as pessoas respeitem o tempo de manifestação.

A SRA. SIGIILDES – Quer dizer que você vai limitar justamente agora! Eu sempre passo por isso.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Eu não estou limitando. É para organizar um pouco o trabalho.

A SRA. SIGIILDES – Eu não gosto de muito falatório porque cansa quem está ouvindo. Você vê que a plateia começa a esvaziar. Eu queria falar o seguinte, participamos do Plano Diretor na parte executiva exaustivamente e também agora no Legislativo. Todas as vezes que eu venho aqui eu falo sempre do mesmo ponto, porque essa foi a questão na minha associação, minha não, na associação que eu presido, que foi essa a colocada para que pegasse. Mas o fato é que os nossos associados receberam todos aqueles que eu levava aqui,

os formulários, para que todos eles individualmente participassem e o fizeram. Para nós foi uma vitória muito grande porque todos mandaram através de bilhete, através da internet, através da carta selada, então eles realmente participaram.

A participação popular é complicada, porque vocês vejam que a população de São Paulo é imensa e se contarmos aqui a presença não é tão grande. Mas a presença é de representantes. Por que representantes, com é o meu caso? Eu represento a Associação Piratininga dos Bairros Afins. Por quê? Porque o pessoal que estamos representando são pessoas que dizem com clareza, eles saem de casa às 6h para trabalhar; trabalham exaustivamente porque eles não são funcionários, aquela história de que se eles não trabalharem eles perdem os empregos, se eles não trabalharem eles não produzem. Entendeu? Então são proprietários, são autônomos. Nós representamos esse pessoal, por isso eles não podem vir, realmente não podem, não podem abandonar, fazer a jornada que eu fiz, por exemplo, com vocês, não podem, não há como. As esposas, as mães de família não podem, prioridade é a família, depois as reuniões. Então estou aqui sim representando cerca de 3.563 pessoas.

O que quero dizer é o seguinte: a descentralização do Executivo ainda é o mais importante. O povo grita sim, a prova está aqui, quando está doendo alguma coisa. Quem está realmente sentindo que alguma coisa está doendo, vem e grita. Então é assim que vocês ficam sabendo o que o povo realmente quer. A participação da população, eu já disse e expliquei o motivo, isso de fato é o que acontece. Que eles estão sabendo, estão sabendo. Eles participaram? Participaram do jeito que puderam. E queremos apenas que vocês prestem atenção e tenham muito cuidado com a utopia e com o idealismo, porque o povo mesmo acha tudo muito bonito, mas que não funciona. É preciso que funcione, principalmente para aqueles mais necessitados, porque eles não são necessitados porque eles gostam, eles são necessitados porque foi o que coube a eles ao longo do tempo. Mas continuam lutando para crescer.

O ambiente. Queremos árvores sim, mas não se esqueça, não podemos morar embaixo de árvore, não tem caverna para todos nós. Então não tem jeito, temos que construir sim pequenina, às vezes sem o recuo que vocês exigem, às vezes um quartinho e um banheirinho, um quartinho e um banheirinho, como diz o nosso Prefeito, mas precisamos morar.

Isso é o que tenho para dizer e muito obrigado pelo meu tempo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra a Sr. Lucila Lacreta, Associação dos Amigos dos Jardins Bandeiras e em seguida o Antonio Cunha, da Movibelo.

A SRA. LUCILA LACRETA – Boa noite. Eu gostaria de falar de três rapidamente, que eu não vi com a ênfase que esses pontos merecem. Primeiro, plano de bairro. É fundamental que tenhamos claramente definido no Plano Diretor em que termos será feito o plano de bairro, não esse plano de desenvolvimento de bairro, que é uma perfumaria, um rol de coisas superficiais e na realidade o que pretendemos é planejamento numa escala menor, onde haja controle do uso e ocupação do solo. Controle esse estabelecido pelos seus moradores e aí passamos o Plano da forma como está elaborado, ele tem muita ênfase nos eixos de estruturação e na macroárea de estruturação metropolitana e se esquece completamente do resto do territórios, dos bairros, das regiões, não estabelece o que vai acontecer ali, o que vai acontecer nos nossos bairros de fato e que carecem de um planejamento específico e de um controle contundente do uso e ocupação do solo.

A segunda questão é o controle social. Sem controle social não há cidade sustentável. E controle social começa desde a organização do Governo Municipal, da descentralização administrativa, como acabaram de falar e das decisões da população nos conselhos, nas câmaras técnicas, enfim, em todos os fóruns de participação que a comunidade deve ter, deve ter voz, deve ter direito a veto e deve ter direito de decisão. É assim que acontece nas cidades de países do primeiro mundo e é por isso que essas cidades são

melhores, é porque a participação da população desinteressada, interessada somente na melhoria da sua região, equilibra aquelas forças nefastas do poder econômico que trata a cidade como se fosse uma cidade arrasada, uma terra de ninguém, uma terra onde pode se construir sem limite e sem prever infraestrutura.

E aí chegamos ao terceiro ponto, a questão que é o mote do Plano Diretor, que são os eixos de estruturação viária, onde está prevista a construção de 404 milhões de metros quadrados adicionais, senhoras e senhores. Além disso, tem toda essa macroárea de estruturação urbana, onde é uma mega operação urbana, onde as operações urbanas existentes não terão os seus perímetros definidos como está lá no *site* Gestão Urbana, muito bem declarado, inclusive a partir de uma fala do Sr. Secretário, num evento que teve no Instituto Fernando Henrique Cardoso, que será possível, se o Plano Diretor for aprovado com essa proposta, que a média de construção por ano seja maior o futuro do que é agora. Pergunto: com que infraestrutura, senhores? Essa é a grande questão. E em que pese realmente a participação da comunidade, tenha proposto uma série de medidas absolutamente sábias, sensatas e coerentes, isso pode não dar em nada, quer dizer, a estruturação da participação popular, a sistemática da possibilidade da população influir e decidir nos processos de planejamento ainda é incipiente no Plano Diretor.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Sr. Antonio Cunha e, em seguida, o Khaled Kubar, professor da FAU- USP.

O SR. ANTONIO CUNHA – Sou do Movimento de Moradores do Campo Belo. São 60 mil pessoas e apenas um idiota, que sou eu, participa dessas jornadas. Aliás, participo desde 1988, no plano diretor – entre aspas – do Sr. Janio da Silva Quadros.

Desde aquela época a gente repete os mesmos erros estruturais. Isso que nós estamos discutindo não é plano. Plano é uma sequência de atos e ações hierarquizadas,

enfileiradas, para se atingir um determinado objetivo. Isto que estamos discutindo não se caracteriza como plano. Talvez se caracterize como política urbana, mas não como plano. Primeiro vem a política que vai dizer como o plano deverá ser montado, depois vem o plano. Isto não é plano, porque não tem começo, meio e fim; não tem rumo, não é uma sequência de ações que visam à superação harmonizada, encadeada, imbricada dos nossos problemas.

É uma sopa de letras que ninguém entende, totalmente desarticulada, ninguém sabe por onde começa, por onde termina, por onde está o meio; ninguém sabe nada, e é por isto que os problemas da Cidade se eternizam. O principal problema urbanístico – não social – da Cidade não foi focalizado. A Cidade é um escangalho total, uma baderna completa, dentro ou fora da lei. Aqui cada um faz o que bem entende, dentro da lei e fora da lei.

A consequência é isso que nós vemos, a importância da bagunça como instrumento de inviabilização de uma estrutura econômica produtiva eficaz, eficiente e competitiva no cenário internacional. Nós, por causa dessa bagunça, conseguimos a façanha histórica – porque se houvesse um Prêmio Nobel da burrice, da estupidez, nós o ganharíamos todo ano; por causa dos custos logísticos insuportáveis dessa bagunça, conseguimos a façanha de destruir a indústria de São Paulo.

Onde está a indústria de São Paulo foi embora? Foi embora, porque não suporta o desperdício que a bagunça urbanística impõe pela Cidade, que chega à estratosférica soma de 50 bilhões de reais por ano. Depois o Prefeito não sabe por que não tem dinheiro. Dinheiro tem, só que ele é jogado no lixo.

E o que existe nesse documento, que não sei bem o que é, de concreto, sólido, profundo, amplo, somatória de discussões que reverta o custo São Paulo para que a Cidade consiga oferecer um futuro econômico consistente para todos os seus habitantes? Não tem rigorosamente nada e vai continuar a não ter e vai ser cada vez pior, porque São Paulo é uma cidade tão ordinária que nem sequer é bidimensional, é unidimensional. São Paulo só existe para uma coisa, uma única coisa. O que é São Paulo? Uma única coisa: botar um tijolo em

cima do outro e uma camada de argamassa no meio, e nem para os pobres isso é feito. É só para isso que existe São Paulo, mais nada.

Com relação à questão social, eu me solidarizo com as pessoas pobres que não têm qualidade de vida. Sabem como é que se resolve isso? É simples: salário mínimo de R\$2.200,00 hoje e não daqui a 20 anos. Isto é possível? Sim. Sabem como? Como diriam Marx – ou Lênin, não me lembro bem – enforcando todos os banqueiros em suas próprias tripas, incluindo seus ascendentes, descendentes e colaterais até a segunda ou terceira geração - isso ainda não decidi -, aqueles que recebem o “Bolsa Banqueiro”.

Sabem o que acontece no dia 22 de cada mês? O sistema financeiro bebe champanhe. Sabem por quê? Porque no dia 22 de cada mês o Tesouro deposita na Bolsa Banqueiro 25 bilhões de reais. (Palmas) Só neste governo foram dois trilhões de reais; e nos últimos 30 anos, seis trilhões de reais. Aí não sabem por que não tem dinheiro.

Com relação a essa senhorinha...

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Concluindo, Antonio.

O SR. ANTONIO CUNHA – Eu devia ter mais tempo, porque na outra vez eu não pude falar.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Você desistiu de falar, da outra vez. Mas pode terminar. Eu vou ser flexível com você, porque na última vez você ficou irritado. Mas pode ir concluindo.

O SR. ANTONIO CUNHA – Está aqui a minha contribuição, aquilo que não pude falar daquela vez.

Com relação àquilo que aquela senhorinha falou da Vila Esperança, é irônico. Isso não depende de Plano Diretor, isso depende de política de governo. Se o problema é limpeza de córrego, não precisa estar no Plano Diretor; precisa estar na plataforma de governo e o governo fazer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Sr. Kaled; em seguida, Antonio

Marques Pereira, da Associação Chácara Soares.

O SR. KALED – Boa noite. Quando me apresentei, apresentei o documento da FAU. Estou registrado como arquiteto, professor da FAU. Mas eu tenho uma demanda que já completa oito anos. Como arquiteto, depois desse entusiasmo todo, acho que vale a pena reforçar que um plano regulador não elimina os conflitos, mas disciplina o espaço da disputa. Se estiverem achando que não vai mais ter problema na Cidade, esqueçam. Vão ter os mesmos problemas de sempre, mas uma plataforma de disputa – digamos – consensual. Estamos tentando isso, uma plataforma consensual para discutir essas coisas todas. Os conflitos vão continuar existindo, e eu tenho um há oito anos.

Vou falar de um conflito como profissional. Eu presto consultoria à Fundação da Faculdade de Medicina, que cuida dos interesses da Faculdade de Medicina da USP e do HC. E ela, numa certa hora, comprou uma área de 48 mil metros quadrados no Pacaembu, dois alqueires no Pacaembu; comprou em 1998 para os negócios dela, que não interessam agora, mas que foram transformados.

Logo depois que foi adquirida, o Condephaat tombou a área, congelou a área e o que era para ser um negócio para a Fundação virou um grande problema duas gestões atrás. Na gestão anterior a esta eu fui chamado para ajudar a organizar as ações da Fundação em cima dessa área. Precisava regularizar as edificações. Nem a Santa Casa regularizou e a prefeitura não exigiu. Nem a Febem regularizou e a prefeitura não exigiu.

Nós tivemos que regularizar, então entramos com o processo de regularização e nos perguntaram: “Qual é o uso?” Muito bem. Esta nova gestão quer instalar um curso de pós-graduação *lato sensu*, que na verdade é um curso de atualização ou de formação continuada para os profissionais da saúde, em particular os professores da Faculdade de Medicina querem dar cursos de aperfeiçoamento.

Muito bem, isso não é conforme, não é permitido na área. Como é que faz? Tem que pedir mudança de zoneamento. Pedimos mudança de zoneamento. Nós simplesmente

fizemos tudo que foi orientado pela administração, obtivemos parecer favorável da Sempla, da Sehab, da Subprefeitura da Sé, do Conpresp, do Condephaat, da Câmara de Vereadores e não resolveram.

Agora na finalização da gestão, 29, 30 de dezembro, foi arquivado o processo com parecer favorável do Conpresp para instalação de um curso de pós-graduação, com restrições. Nós nunca apresentamos nenhuma objeção às restrições. Acredito que caiba para as Zepecs algum tipo de expediente de flexibilização, não para fazer o que se queira, mas as Zepecs não são iguais. Não sei se tem outra Zepec em São Paulo que tenha o Estádio do Pacaembu e mais dois alqueires, um proprietário com dois alqueires. O que se faz com essa área? Vai ficar congelada?

Essa área tem isenção de IPTU. O IPTU da área é um milhão de reais. A Fundação tem isenção, está conservando a área, 450 árvores, uma área de drenagem enorme, tudo bonitinho como manda o figurino, as 450 árvores já estão cadastradas e entregues ao DepavE. Fazemos a manutenção da edificação, mas não o restauro, porque, se não pode usar a edificação, (ininteligível) para não desabar. A obrigação de dar uso social à propriedade nós não conseguimos e não nos dizem o que fazer com a área. Que desapropriar, desapropriar. Quer fazer uma parceria, deixar uma parte como parque municipal, também não teria problema nenhum, a área é enorme. As edificações que estão querendo usar têm 10 mil metros quadrados, é uma área muito pequena. Mas nada disso aconteceu.

Havia o Pacaembu. Com a justiça que é própria das associações de moradores, tem resistências ao nosso projeto, mas a gente não sabe também o que deve fazer. Pode ser residencial? Não, o Conpresp não deixa ser residencial nem o Condephaat. Não é para parcelar a área. Então o que eu faço? Podia lotear, podia vender. Não pode, então não podemos fazer nada na área e isso não me parece justo.

Se é um plano regulador, teria que contemplar de alguma forma a singularidade das áreas. As Zepecs têm singularidades e eu gostaria que isso pudesse ser contemplado.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Kaled. Agora é o Antonio Marques, da Associação Comunitária Chácara Soares. O Euler é o próximo.

O SR. ANTONIO MARQUES – Boa noite. Isto aqui, Nabil, desde a campanha do Fernando Haddad que a gente tenta entregar. Entregamos pessoalmente um documento para ele, da Associação Comunitária. Entregamos agora na subprefeitura, protocolamos documentos (ininteligível) documentos, protocolamos documentos no gabinete da Nádia Campeão.

Nós moramos numa área de 7.5 mil metros quadrados há mais de 12 anos, área esta que antes servia de desova. O antigo proprietário da área nunca apareceu, nunca. Acontece que essa área foi... Há um processo “judiciário” pela qual não constitui nem identificação de imóvel (*sic*). Foi originado um processo “judiciário” de um acidente de trânsito. Automaticamente ela foi a leilão, automaticamente.

Há 17 anos “para trás” começou o processo e agora, no ano passado, ela foi a leilão. Um cidadão tentou dar o lance e o juiz ameaçou aceitar o lance. Gostaria que estivesse presente aqui o Dr. Maurício, que estava presente há pouco. Foi uma das pessoas que segurou mais de 250 famílias naquela comunidade. De antemão agradecemos ao Dr. Maurício. No dia que eu o procurei, ele falou assim: “Antonio, você me procura aos 49 do segundo tempo, perdendo de um a zero”. O juiz tinha dado cinco de acréscimo e nesse um minuto ele conseguiu travar o processo, há seis meses. E esse processo agora... foi “extinguido”(sic) o leilão, o juiz achou por bem que não fosse caracterizado o leilão, não continuasse o leilão.

Essa área, Nabil, nós já pedimos várias vezes na subprefeitura, para o prefeito, que fosse transformada numa ZEIS. Essa área está na moradia dos eixos, como o senhor acabou de apresentar. Essa área está nos principais temas da Cidade. Essa área fica na Rua Victorio Santim. São mais de 250 famílias.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Só uma questão: ela está como ZEIS no

projeto?

O SR. ANTONIO MARQUES – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Então seria importante que o senhor entregasse para a gente delimitação, para que a gente possa analisar e verificar a possibilidade.

O SR. ANTONIO MARQUES – Tem o documento que eu acabei de passar, já agradecendo à Mesa. Parabéns pelo trabalho executado. Obrigado, Dr. Maurício, que já não está presente. Dra. Sabrina, da Defensoria Pública, muito obrigado. Lá tem 250 famílias, muitas pessoas humildes que lá, graças a Deus, ainda continuam. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Onde é essa ocupação, Antonio?

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Itaquera. Obrigado. Professor Euler. Depois do Euler, Benedito. (Pausa) Está retirando. Então depois é o Antonio Pedro, Tonhão, Movimento Unidos pela Habitação.

O SR. EULER – Boa noite. Sei que não deu para incluir muita coisa, Nabil, mas vou voltar a alguns assuntos que eu já tinha trazido em outras oportunidades, porque ainda acho que eles são importantes. Há várias questões que vou só elencar e não vou elencar todas que estão num documento muito mais amplo que, você sabe, eu entreguei.

Mas, por exemplo, quando os imóveis têm dívidas com o poder público, com essa carência de habitação na área central, não há nada prevendo uma articulação dessas questões; ou mesmo quando eles forem reivindicar transferências de potencial ou isenções ou outras coisas assim. Isso precisa ser previsto.

O controle social. Quando há associação público-privada, não tem controle social previsto nem um processo participativo sobre todos os momentos de decisão dessas ações. Isso precisa ser colocado com clareza ao longo do Plano.

As remoções precisam ser consideradas na integridade delas. Elas merecem uma

seção à parte, considerando a questão social plena. Você está falando com população de extrema fragilidade social, frequentemente, e o cara sai dali e vai para outro canto em igual condição. É necessário que se preveja um instrumento que trate da questão da educação, da saúde, do acesso ao trabalho dessas populações. Enfim, toda questão da posse, da regularização, precisaria ter uma... E remoção precisa ter uma seção específica defendendo esse direito no Plano.

Outra questão, essa tem menos gente defendendo, mas me parece importante: a população “experiência”(sic) a Cidade pelos seus problemas de habitação, de saneamento, de transporte, que na zona Noroeste ficou claro, pelos bairros. O Plano não trabalha com os bairros. No entanto ela “experiencia” também quando tem que pôr seu filho na escola pública, quando ela tem que ter atendimento no posto de saúde, ela não tem um convênio privado para ter atendimento; ela “experiencia” quando ela lida com essas questões todas da Cidade. Então o Plano precisa ter uma visão de articular essas esferas todas dos equipamentos urbanos em processos de gestão, em processos participativos de monitoramento, e associar isso com cultura e com educação. O Plano precisa prever uma cidade que seja pensada como uma cidade que é educativa dessa população. Isso é possível por quê? Porque esses equipamentos são fatos urbanos, são vividos como parte da experiência urbana.

Já apresentei uma série de sugestões sobre isso, não vou repetir, mas acho que elas são incorporadas às vezes, nesses textos que eu estou vendo, de uma forma pontual. A filosofia que articula isso não é incorporada. Precisa tomar cuidado. Fazer só melhorias no texto não é suficiente. Você tem que incorporar uma filosofia de como lidar com esses elementos, com essas questões na Cidade. Não se trata de fazer melhorias no texto, porque diante do que a gente está de fato? A gente não está diante de instrumentos que a gente já tem aos montes na Cidade, e o Plano Diretor apostou nos instrumentos. Ora, o que vai acontecer? Vou tentar ser rápido: não tem como fazer investimentos em todos os setores da cidade nos quais o Plano Diretor sugeriu. E acontece que se abriu uma frente enorme a quem

quiser fazer investimento, que associado ao poder público, poderá escolher, dentro do mosaico proposto, o local que quiser investir. Acho que falta mesmo uma visão de Plano nesse caso, pois favorece o investimento privado associado ao poder público na Cidade, e isso é uma transferência de responsabilidade do poder público à iniciativa privada. Estamos diante de processos de decisão que é a parte mais frágil do Plano. Toda parte participativa de gestão local, de gestão regional, que define o futuro do Plano, não existe no Plano como elemento articulador. Entreguei um longo documento no qual apresento essa argumentação.

Também queria dizer dos Núcleos Regionais, dizer da integração dos vários conselhos em escala regional, que é um processo indispensável ao processo de gestão para que a população tenha conhecimento, nos diversos lugares em que mora, das questões que discutem a cidade. É por aí que vamos ter um novo processo de participação que após, sei lá quantos anos, quando houver uma nova revisão, que não seja um processo tão corrido quanto este. A participação exige a compreensão do processo.

Então, não há capacidade operacional prevista no Plano. Se for um Plano, ele tem de dizer como será executado, que haverá controle sobre a execução, e como as pessoas vão participar. E isso não está articulado. E as propostas foram entregues várias vezes, tanto à Prefeitura quanto a vocês, mais especificamente entregues nas plenárias. Não adianta fazer um Plano que vai para a gaveta e que sairá quando alguém com poder quiser ou puder executá-lo. E é preciso ter esse instrumento.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Euler. Queria esclarecer que a síntese não foi completa, até porque não houve tempo. Foram entregues perto de 200 documentos. Não houve tempo de ler para articular todos eles.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. EULER – (Fora do microfone) – Nabil, publicamente, elogio o teu esforço. Mas ninguém em menos de uma semana conseguiria fazer isso. É que isso deveria ser o

coração do Plano, e ele vem no anexo final. Então deveria ser o coração do Plano, que é quando o Plano vira cidade, e como é que as pessoas participam dele? Esse deveria ser o coração do Plano.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Tem a palavra o Antonio, o Tonhão.

O SR. ANTONIO – Boa noite aos que ficaram aqui até agora. Falo em nome do Muhab – Movimento Unidos pela Habitação, o qual representa dezenas de entidades, de movimentos de moradia da cidade de São Paulo.

A nossa primeira observação está baseada no documento que protocolamos nas audiências e na própria Comissão de Política Urbana, e é relativamente as ZEIS. Observamos que há uma proposta, de fato, que aumenta o número de ZEIS, mas quando as observamos – e no mapa que o Police usou ficou demonstrado claramente – tem que prestar atenção onde estão as ZEIS-1. Então, aumentou, mas basicamente é o que já existia, ou seja, áreas ocupadas e áreas com moradias precárias. Do ponto de vista de que cria novas áreas para absorver a demanda das famílias com renda de até três salários mínimos, não houve ampliação. Na verdade, aumenta o número de ZEIS, mas do ponto de vista de metros quadrados para novas habitações, praticamente não houve nada. E é importante que o método de cálculo crie mais metros quadrados para as ZEIS.

Por outro lado, propusemos - e ficamos contentes, pois o Dito mencionou que incorporou um documento para o desenvolvimento da cidade – 30% de criação de ZEIS-2 e ZEIS-3 em todas as áreas de corredores destinados aos eixos de estruturação e transformação urbana. Esse é um processo que nós defendemos, e vamos além. Defendemos que nas macrozonas de estruturação metropolitana haja 25% de destinação das áreas às ZEIS-2 e ZEIS-3. Então, é uma ampliação de fato, concreta, que permita à população com até seis salários mínimos também ser atendida do ponto de vista da habitação, que é um dos principais

problemas da cidade de São Paulo. E as manifestações e ocupações demonstram essa situação.

Outra questão é como tornar autoaplicável os instrumentos de controle do poder público em relação ao uso e ocupação do solo. Hoje vemos na cidade, infelizmente, uma série de despejos, muitos deles forçados, populações sendo removidas para lugar nenhum. E sabemos que, mais a frente, elas serão, de novo, despejadas e removidas.

Sabe-se que, do ponto de vista dos que não cumprem a função social da propriedade, quando se pede reintegração de posse, ela é praticamente imediata. Do outro lado, desde 2009 há – se não me engano – 1.053 imóveis notificados na cidade de São Paulo que cumprem a função social da propriedade. Ano que vem, são cinco anos e esses prédios, esses terrenos, deveriam ser desapropriados, pagos com título da dívida pública. Pelo que estou vendo, isso não vai acontecer. Se não usarmos os instrumentos que temos, não vamos mudar essa lógica perversa de manter terra de qualidade, terra urbanizada nas mãos de poucos. Temos de reverter essa situação. Para tanto, é preciso redemocratizar instrumentos como a SMDU e o Fundurb, o SMDU através do controle social e, com ele, garantir o critério de eleição e de proporcionalidade dos representantes da sociedade civil, para que fique mais democrático. E o Fundurb deve ser paritário, e com os membros da sociedade civil sendo eleitos e não indicados.

Essas são as propostas, as quais sintetizamos e protocolamos. O documento já está entregue.

Era isso, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Quero informar que havia data limite para o envio de propostas ao Plano Diretor, pelo site. Mas houve a decisão de manter até dia 12 de janeiro o prazo para o recebimento das propostas. Algumas pessoas nos pediram para estendermos e nós vamos, excepcionalmente, dar um prazo adicional. Sei que criaremos dificuldades para a nossa equipe, mas, de qualquer maneira, é para garantirmos a máxima

participação de todos. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Laerte, peço, por favor, seja breve, são três minutos. Sr. Laerte, nosso recordista de participações nas audiências. Depois falará o Sr. João Pedro.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente mundial da União Global Seguridade Social dos Trabalhadores e Empreendedores Sustentáveis, que também é a União Global Labores Nações e Cidades.

Vou me ater na área de mananciais. Essas áreas não estão contempladas no Plano Diretor apresentado. Há mais de dois milhões de moradores em áreas de mananciais, e o Plano não trata do título, da regulamentação fundiária. Além do mais, as ocupações dessas áreas foram feitas de forma desordenada e comprometem tanto a orla da Represa Billings quanto da Guarapiranga. Acho que temos de garantir a regulamentação fundiária, recuperando a orla dessas represas, que são o futuro da sustentabilidade da cidade de São Paulo.

De outro lado, todos falam que o déficit habitacional da cidade de São Paulo é de 485 mil unidades. Fizemos uma pesquisa e verificamos que 60% dos munícipes da cidade paga aluguel. Como o déficit pode somente de 485 mil unidades? Na nossa visão, chega perto de cinco milhões.

Há cidadãos da cidade que tem perto de 500 imóveis alugados. Foi feita pesquisa com base nessas pessoas, e concluiu-se que 60% dos trabalhadores pagam aluguel. Então, o déficit não pode ser de 485 mil moradias, ele alcança seis milhões de moradias. É um absurdo que seis milhões não tenham casa para morar e que um cidadão tem 300, 400 imóveis alugados.

São Paulo é uma cidade global, mas insustentável.

Por outro lado, queria ver se incluía no Plano Diretor verba pública para proprietário que contribui com a recuperação do meio ambiente dos mananciais e das bacias. Acho que vou propor também que sejam contempladas as cooperativas dos catadores, pois também contribuem com o meio ambiente da cidade de São Paulo. Essa verba deveria ser também

destinada às cooperativas dos catadores.

Era o que eu tinha a dizer, obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra João Pedro, conselheiro da Saúde, eleito pelo bairro de Pinheiros.

O SR. JOÃO PEDRO – Boa noite a todos. Obrigado por estarem aqui até agora.

Acho que a questão maior, o mais importante é entender o que aconteceu na já consolidada macroárea. Nela tínhamos 2 milhões de habitantes, e houve redução para 1,5 milhão. E é área em que há infraestrutura, em que está tudo construído e, em vez de aumentar o número de moradores, diminuiu.

Olha, na Sub de Pinheiros, nós perdemos 20% da população, nos últimos 20 anos, e foram erguidos prédios pra caramba! Então, o que houve? O que foi que aconteceu? Vocês urbanistas tem que nos dar uma resposta, é impossível a população diminuir! E construiu-se pra caramba. Essa é uma questão que temos de analisar. O que está havendo?

Outra questão com a qual contribuimos é quanto à incomodidade. Sou do conselho de Saúde, trabalhamos com PSF, com monitoramento de população e é batata: há uma população morando numa rua, beleza. Abre um boteco, começa o barulho, começa a encher, as pessoas começam a ter hipertensão, diabéticas, problema de saúde mental, há brigas, violência. Aí o pessoal vai embora.

Então, estamos contribuindo com o art. 33, sugerindo propostas quanto a usos incômodos para que sejam levados à lei de Uso e Ocupação do Solo. Os usos incômodos esvaziam a cidade. Na Vila Madalena há áreas enormes, quadras em que não há mais moradores. Não dá para enfrentar – eu vou falar, desliga o microfone – o outro partido, o 1533, vocês conhecem? (Pausa) Não dá, infelizmente.

Outra questão – e o meu colega disse bem – é assim: a cidade é para quem? É para o capital imobiliário? É para ficar erguendo prédio? É para cimento, é para concreto? Não.

A cidade é para as pessoas. As pessoas têm vida, há sangue em suas veias. Essas pessoas necessitam de Saúde, Educação, creche, moradia. Vem então uma série de serviços públicos necessários. Vou lhes dar um típico exemplo: na Avenida Paulista circula 1,5 milhão de pessoas por dia, e não há sequer na região uma unidade básica de saúde. É ridículo o planejamento estratégico do Plano Diretor, não dá para entender.

Outra questão, que também o colega disse bem, é quanto aos terrenos não terem dono e, de repente, aparece o dono. Olha, a Prefeitura tem de imediatamente tomar posse de todas as áreas vacantes, das áreas de herança vacante por uma única razão, Nabil, temos hoje dinheiro federal para construir UBS, pronto-socorro, CAPS, CAPS AD, CAPS 3. A única coisa que a Presidente Dilma quer é: cadê a escritura do terreno? É ou não é? E a gente diz que não tem área pública.

Da outra vez eu afirmei, e o Secretário foi contra, que nós queremos que parte da outorga onerosa fique na própria região para ser investida em equipamentos públicos. Há uma macroárea não sei aonde, eu vi no Plano, em que é assim. Por que nessa macroárea pode e noutras não pode? Tem de ter contrapartida social, sim, na região.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra o Basílio. (Pausa) Acho que foi embora. O próximo é o Prof. João Cassiano, Universidade Aberta do Idoso.

O SR. JOÃO CASSIANO – Rapidamente, cumprimento a todos. Quero ressaltar as necessidades que nós temos desse Plano Diretor Estratégico. Tenho que recomendar as condições que outorgam qualidade de vida aos idosos, a todos que estão aqui e que nos acompanharão, com certeza, um dia.

Por outro lado, somos apartidários, mas não podemos deixar de reconhecer o processo participativo atual do qual participamos, a presença da Secretaria, dos movimentos sociais, especialmente dos movimentos de ocupação do centro da cidade. Tivemos a

possibilidade de visitá-los e conhecemos muitas crianças e idosos que ali estão. Algumas das ocupações estão com ameaça de reintegração de posse. Portanto, é importante fazer algo mais efetivo no sentido de evitar tal situação.

Esperamos que o Plano Diretor, que foi tão discutido, seja manejado após essa fase, pois o processo foi de menos para mais, do fácil para o difícil, com muitas contradições e incompreensões, mas foi processo. E nós estamos aqui em defesa desse processo, defendendo a participação do povo, a participação de todos que realmente sonham com uma São Paulo grande e com melhor qualidade de vida para todos.

Obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Tem a palavra O Sr. Carole. Em seguida, Gil, assessora do Vereador Young. Estamos chegando ao final, há apenas mais seis inscritos.

O SR. CAROLE – Quero lhes dizer que me solidarizo com o Sr. Antonio Cunha. Ele falou tudo que eu queria falar, já estou de cabelos brancos, como ele, e já fiz tantas reuniões nos bairros para melhorar.

Acontece que vou usar um termo usado pelo Lula, ele falava no Programa Ferreira Neto: o governo fica só fazendo “assembleísmo”. Vamos ver se a qualidade dos Vereadores, dos políticos melhora. Só no blabláblá... Eu vou morrer daqui a pouco e não vejo São Paulo crescer! O esvaziamento que ele falou, eu estou assistindo.

Estou vendo aqui a ex-vereadora Lídia Correa, ela frisou que chora com o esvaziamento de São Paulo, cidade, Estado que foi a locomotiva do Brasil. E vemos as indústrias indo embora, pois os impostos são elevados. Não existe mais o ânimo para que a cidade cresça.

Temos marreteiros vendendo tranqueiras da China; o Brasil é o segundo maior produtor exportador de minério de ferro para a China, o primeiro é a Austrália. Vemos então a desindustrialização de São Paulo, e o Skaf falou: São Paulo está perdendo suas indústrias.

Está então perdendo dinheiro, perdendo tudo.

Vou abreviar, pois queria que os Vereadores... Não sei se eu falo: tome vergonha na cara! Essas manifestações, o quebra-quebra reflete a indignação do povo de São Paulo que quer qualidade nos serviços públicos, quer fiscalização. Chega de corrupção! Agora mesmo na CBN foi dito que há um funcionário público que está recebendo propina para deixar desmatar áreas verdes da tal Augusta, isso está em pauta, que o pessoal está indignado, que tudo está acabando. E a gente fica chorando. Eu chorei, quase, com a fala desse senhor, do Campo Belo, que disse ser praticamente uma voz que clama no deserto.

Quero pedir aos senhores políticos para que concretizarem planos, não fiquem nos sonhos. Outro pedido: que o Plano Diretor não seja maculado com essas coisas de verba pública: ah, não deu o dinheiro por quê? Ele falou que dinheiro tem.

Então, abreviando, concluindo, queria fazer perguntas: por que o Plano Diretor foi só da Prefeitura e não também junto com o Estado? Deveriam trabalhar em conjunto. Porque quando eles falam, eu, às vezes, não sei se sou um cidadão da Prefeitura, se eu sou municipal; se eu sou estadual ou se sou federal. Não sei, porque eles falam: Não, não! Isso é do Estado. Não, isso aqui já é da Prefeitura do Município de São Paulo. Não! A Prefeitura do Município de São Paulo, não tem! Espera aí. Não é harmonia dos poderes? Então vamos trabalhar em harmonia. Eu ia para a praia de Santos de trem, hoje não tem. Interrogação. Me de essa resposta. Outra, o Rodoanel quando foi idealizado pelo ex Governador franco Montoro, lembro-me muito bem foi para descentralizar, tirar o trânsito de São Paulo sem o pedágio, para incentivar. Porque colocaram o pedágio? É ganância? Para mim isso é bitributação, que é proibido por lei, porque já se paga para andar na rua, o carro já paga imposto. Então deixa ele andar livre, outra, o sonho vai virar realidade? Para confirmar isso das pessoas pobres que vende seu sanduiche, sua cocadinha, esse pessoal não tem como pagar imposto. Em Recife, lá tem o camelódromo. Queria pedir aos senhores, eu sou contra esse negócio: olha o amendoim torrãozinho! Isso enche o saco, mas quando você vai ver a vida dele, ele só leva isso

para comprar leite para os seu filho. Eu ganhei um bombom de um morador de rua, trabalho na ciclo faixa, eu chorei, porque esses caras só vivem disso. Amendoim torrado. Mas quando você percebe que é tudo que ele tem para levar um pouco de leite para seu filho, a gente chora. Então faça camelódromos. Esse pessoal não tem nada para pagar, os deixem viverem em paz. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Com a palavra o Sr. Gil.

O SR. GIL – Boa noite a todos. Serei rápido, apenas para registrar, publicamente, já que estamos fechando uma etapa. É reconhecer o trabalho do Secretário Fernando Melo Franco, do Kazuo, da equipe da Secretaria, que esteve presente, quando do Executivo e agora no Legislativo, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que conduziram o debate. Concordo, acredito que podemos levar as reflexões sobre o tempo, metodologia, de como foi debatido. Essas reflexões têm de serem feitas, porque são processos importantes na cidade, que se repetem por cinco, dez anos, mas que houve espaço para o debate, houve, e foram vários espaços, aliás cansativo e até por certa forma é bom que essa etapa esteja sendo vencida para gente poder ir para uma outra, o mandato do nobre Vereador Ricardo Young fica bastante animado em ver que várias das nossas contribuições, ainda, que com os limites do nosso gabinete, estão naquilo que foi colocado. Não dá ainda para parabenizar pelo texto, porque o texto ainda vamos ter de observar, mas as contribuições de mudanças climáticas, ampliação de ZEIs, questão das áreas verdes, ZEPAM, zoneamento agrícola, essas questões foram bem colocadas, no final colocamos a questão da gestão pública, que acredito ainda ser um tema espinhoso, mas merece uma atenção, e que prefeitura que vai de fato ser timoneira desse PDE nos próximos dez, doze, 16 anos, acredito que isso vale uma reflexão. Colocar nosso gabinete a disposição para essa próxima etapa, para que possamos construir um plano diretor a altura dos desafios da cidade. parabenizando, mais uma vez o Secretário e lamentando a ausência de secretários importantes em especial do Verde, foi a presença mais ausente do debate do PDE e acredito que a vinda do Kazuo e do

Secretário Fernando, acredito não ser só bom para o processo, porque dá uma força política, mas acredito que também rompe um pouco o isolamento do gabinete e é uma oportunidade, sempre, de olho no olho ver o que está indo bem na cidade, receber elogios e também receber as críticas e as pressões necessárias para que a cidade possa andar no melhor rumo. E desejar a equipe do Nabil, alguns técnicos estão aqui, uma equipe reconhecida dentro da Câmara Municipal de São Paulo, para que vocês possam ter um trabalho muito exitoso em janeiro/fevereiro. Para que o texto que possa ser apresentado em março, possa de fato, trazer ainda os refinamentos que as falas que aqui foram trazidas ainda exigem, sobretudo do ponto de vista do equilíbrio, da desigualdade social da cidade e do desafio da sustentabilidade. Bom final de ano a todos e que possamos nos ver em março com o texto a altura que essa cidade merece. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) –Com a palavra a ex-vereadora Lidia Correa, da Federação das Mulheres Paulistas.

A SRA. LIDIA CORREA – Cumprimentar a todos, serei muito breve, por conta do esvaziamento natural da reunião, mas não poderia deixar de, nesse final, registrar algumas questões, alguns pontos que consideramos importantes, alguns inclusive já foram citadas. Louvo o esforço que tem sido feito no sentido de construir, debater, mas destaco a questão do desenvolvimento econômico da cidade de São Paulo. O momento é muito oportuno para que São Paulo pense e repense o seu desenvolvimento econômico. São Paulo, constitui nessa, considerada a maior metrópole do Brasil, uma das maiores do mundo, 11 milhões de habitantes, principalmente por conta das indústrias que se instalaram aqui e por onde São Paulo cresceu, desenvolveu e se tornou essa cidade que é o centro, segundo Prefeito, centro de desenvolvimento do nosso País. Ainda hoje apesar de estar perdendo muito essa condição e as indústrias estarem indo embora, por uma série de outras questões, atrativos de outras regiões, ainda São Paulo conta com um parque industrial grande. Mas não tem nenhuma política, apesar de ver uma citação no plano sobre essa questão, acredito que São Paulo

precisa mais ousar essa questão. Pensar em um plano de desenvolvimento da indústria. Criar polos industriais, centros tecnológicos, modernos, de indústrias modernas de tecnologia, por exemplo, e outras áreas de ponta da nossa indústria. Nenhuma outra cidade do País, tem condição de abrigar um parque industrial moderno e desenvolvido como São Paulo tem por conta, principalmente da rede de educação, que ainda na nossa cidade ainda tem, apesar de ir perdendo em qualidade, mas ainda tem a rede do SENAI, ou seja, na formação e qualificação da mão de obra para poder atuar nesses centros tecnológicos, nesses parques industriais. Temos visto notícias preocupantes sobre a questão da desindustrialização, do nosso País e acredito que passa muito por conta da desindustrialização de São Paulo, e acredito que precisamos repensar isso, rever isso. Tem ai um plano de metas, algumas áreas já destinadas para isso, mas acredito ser muito tímido, e acho que São Paulo precisaria ousar nessa questão, pensar em como atrair indústria, não apenas com isenção de impostos, precisaria mais do que isso, de linha de financiamento para que essas indústrias possam se instalar e ter apoio de toda ordem: logística, para industria, não apenas para a população, mas a indústria, setor mais dinâmico da economia. É ela quem contém conhecimento, exige conhecimento, valor agregado que possa puxar a economia para frente. São Paulo já foi isso precisa por São Paulo e pelo Brasil, retomar desse ponto de vista. Temos varias preocupações aqui, para uso do solo, como fazer, mas acredito que tem uma questão anterior a isso, que é pensar o desenvolvimento econômico da nossa cidade.

São Paulo é uma cidade-estado, 11 milhões de habitantes, precisa ter um Plano Estratégico. Desse ponto de vista econômico, é que, em outra época, a Cidade se estruturou muito em função dessa indústria e se tornou essa economia pujante que foi. Acho que precisaria repensar isso. O momento é muito oportuno para isso. Não sei se teremos condições já amadurecidas para poder pensar isso.

Tenho proposto e sugerido que, na região de Pirituba, pode ser até na área que estava sendo indicada para o Centro de Eventos da Expo 2020, já que é próxima das principais

rodovias – Castelo Branco, Anhanguera, Bandeirantes -, tem ferrovia e tem área e vai ser construída uma faculdade, o Instituto Federal de Tecnologia, isso possa ser visto de uma forma combinada com a questão das indústrias a serem instaladas aí. Mais do que apenas deixar que as indústrias venham a São Paulo, deveria se pensar como atrair e quais indústrias e onde se daria isso.

Eu gostaria de citar uma questão sobre o adensamento da Cidade. Hoje a grande preocupação do nosso município, do povo de São Paulo é ver a verticalização vertiginosa em nossa cidade, em várias áreas e sem o cuidado necessário, com planejamento, da ocupação dessas áreas. Quando não se tem um Plano Diretor claro, orientado pelo desenvolvimento econômico, pelo crescimento econômico, acabamos tendo um outro plano. Não que a Cidade não tenha um plano; ela tem. Outros interesses acabam orientando a dinâmica e o crescimento da Cidade.

Por isso, é importante pensar isso, com a preocupação com o adensamento que está sendo proposto pelo Plano nas vias, segundo os dados que estão sendo fornecidos e não estão sendo questionados - pelo menos não até agora -, de 400 milhões de metros quadrados a mais no Município. Acho que isso é grave e precisamos pensar direito. Não que não haja vias que poderiam ser adensadas. Sim, há avenidas em que podem e merecem e seria muito positivo que fossem, mas, de um modo geral, acho que não é essa a realidade. Deveríamos pensar sobre isso com mais cuidado.

Por fim, eu gostaria de reforçar a questão dos planos de bairros, os Planos Diretores dos bairros, que considero uma necessidade.

Era o que eu tinha a dizer. Desculpem-me por me estender. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Lídia.

Tem a palavra José Amaro, do PPL – Partido da Pátria Livre. Depois, falará o Calábria e depois a Loide.

O SR. JOSÉ AMARO – Boa noite. Quero começar com um fato concreto que eu

pude acompanhar. Um imóvel comercial na região entre a Paulista e o Centro, aqui na Capital, de 90m², em 2007, era comercializado por cerca de 120 mil reais. Esse mesmo imóvel, no ano passado, foi negociado por 540 mil reais e hoje ele está sendo comercializado por mais de 600 mil. Num período de 5 a 6 anos, tivemos uma multiplicação por cinco do preço dos imóveis na Cidade. Isso reflete dois aspectos: o mais evidente é a concentração da Cidade e o outro foi o movimento de capitais fugidos da crise mundial que correram atrás de bens de raiz.

Sobre a concentração, é preciso admitir que não tem como fazer caber 12 milhões de pessoas no centro expandindo de São Paulo. Parece muitas vezes que é isso que se pretende. Fica evidente que é preciso descentralizar, a Cidade precisa criar polos. O empreendedor que quer construir no Centro, se ele tiver um polo em São Miguel, que tenha desenvolvimento e a intervenção do Estado, ele vai lá. Em São Paulo tem muito disso: a falta de Estado, em todos os sentidos. Socialmente, costuma se falar muito dessa ausência de Estado, mas quero apontar aqui também a ausência de Estado do ponto de vista econômico. São Paulo não pode mais se desenvolver às cegas, ao sabor do mercado. Aliás, tem-se feito isso nos últimos 30 anos e podemos ver o que está acontecendo. Com o desenvolvimento às cegas, por um mercado totalmente monopolizado, podemos ver onde estamos chegando. É preciso ter Estado, é preciso ter Prefeitura, é preciso desenvolver os polos na Cidade e evidentemente o vetor indústria é fundamental para esse desenvolvimento descentralizado, fazendo com que a população se distribua pelo território municipal de uma maneira mais razoável, mais bem distribuída.

Era o que eu tinha a dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, José.

Tem a palavra Rafael.

O SR. RAFAEL – Boa noite. Já falei, em outras reuniões, de vários assuntos. Já falei da faixa nativa, já defendi um pouco mais de área verde; hoje vou tentar focar no que várias pessoas têm levantado, que é o principal problema de São Paulo, já visto na audiência

temática de Habitação. Eu estava aqui, na rua, não consegui entrar, fiquei lá, com a população, cantando até muita gente perto da porta para ouvir a caixa de som que transmitia a audiência.

Quero discordar daqueles que se opõem aos eixos. O que causa o trânsito em São Paulo hoje não é o adensamento, mas o desadensamento. Como a pessoa vai morar longe do Centro, ela precisa usar mais vezes o carro; quando ela mora na zona Sul, ela precisa pegar mais ônibus para vir ao Centro; se mora em Alphaville, precisa pegar mais vezes o carro e assim por diante. É fato que, na década de 90, o Centro expandido inteiro diminuiu de população. Não foi só Pinheiros, como o João falou aqui. O Centro de São Paulo tem decrescido populacionalmente desde a década de 50. Então, a Cidade está perdendo população em lugares onde já há infraestrutura construída. Temos de levar empregos para a zona Leste, como há políticas e leis paralelas tentando, mas temos de trazer a população para cá também, reocupando os prédios abandonados do Centro e, onde for possível, se verticalizar. Um exemplo é o metrô Sumaré, que quase não foi construído porque não havia demanda e ele está a um quilômetro da principal avenida do País, que é a Av. Paulista. Então, temos de levar emprego para a zona Leste, fazer voltar a indústria e verticalizar aonde for possível. Trazer a população para o Centro barateia o transporte coletivo, diminui o trânsito, com todas as restrições que temos levantado: menos vaga para carro, fachada ativa.

Como temos considerado a habitação o principal problema da Cidade, acho que talvez se deva fortalecer a exigência que o Plano tem pela cota de solidariedade. Talvez, para não ser um Plano de intenções, vamos forçar a cota, torná-la obrigatória no Centro, nos eixos, porque estão falando: “Ah, mas verticalizar sem projeto?” Verticalizar perto dos eixos é o projeto. É óbvio que não vai ser cada um que vai construir o bairro como quer, mas com controle da população do bairro e forçando a cota de solidariedade para trazer a população que realmente mais precisa para morar perto do trabalho.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Loide, da Subprefeitura de

Parelheiros, coordenadora de planejamento.

A SRA. LOIDE – Boa noite. Meu nome é Loide. Sou coordenadora de planejamento da Subprefeitura de Parelheiros, estou aqui representando a Subprefeitura de Parelheiros e as APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia.

Fizemos questão de vir aqui hoje porque nos sentimos muito prejudicados na audiência pública de Parelheiros, no dia 29, que em vez de ter uma discussão sobre plano diretor estratégico, foi uma discussão sobre aeroporto sim e aeroporto não em Parelheiros; então não teve nenhuma proposta, praticamente, de plano diretor mesmo. Depois viemos aqui no dia 9, que foi uma reunião extensa em que Parelheiros foi incluído, mas com tanta gente inscrita nós também não tivemos condições de colocar as nossas propostas. Por isso a gente veio hoje.

A nossa preocupação é que Parelheiros, no PDE, é uma região praticamente em branco. Até no mapa que o Police apresentou aqui não constava a região de Parelheiros, a ZEIS terminava antes de Parelheiros.

- Fala fora do microfone.

A SRA. LOIDE – Não é uma bronca, porque isso é o comum, acontece sempre. Mas Parelheiros é uma região diferenciada: é a única área ainda ambientalmente preservada em São Paulo; ela está cem por cento dentro da Área de Proteção aos Mananciais, mas 90% da sua ocupação é irregular, então é um contraponto importante. Ela tem grande potencial turístico, tanto que agora foi implantado um polo turístico na região. O Prefeito Fernando Haddad está bastante interessado em implementar esse polo turístico. Também tem grande potencial agrícola e de vários outros usos com características rurais.

Portanto, para que a região seja viabilizada, nós, de Parelheiros e das APAs, protocolamos uma revisão com um olhar bem profundo para Parelheiros. Quero ressaltar aqui apenas três pontos do que nós protocolamos. Uma das questões é a zona rural. A nossa proposta é que toda a macroárea de contenção urbana e uso sustentável inserida em

Parelheiros mais a parte da APA Bororé-Colônia inserida na Capela do Socorro seja área rural. Essa é a nossa proposta, porque isso viabilizaria a agricultura, que precisa de financiamento; viabilizaria o próprio turismo ecológico, porque aí se implementariam as estradas rurais, estradas-parques; haveria financiamento para estradas rurais e assim por diante.

Outro ponto importantíssimo é a regularização fundiária. A ideia é implantar zonas de amortecimento nas ocupações irregulares e adensadas, suprimindo a finalidade de compensação ambiental, de dotação de equipamentos institucionais e, excepcionalmente, remoções necessárias para a regularização desses assentamentos. Para tanto se faz necessário que o plano regional reveja o mapa 4 e atualize as ZEIS, que elas não foram totalmente contempladas na região de Parelheiros.

O último ponto que quero ressaltar é que seja retomada a gestão integrada da Área de Proteção aos Mananciais, retomado o convênio com o Estado, discutidas políticas públicas e, principalmente, retomada a fiscalização conjunta de todos os órgãos e instâncias que legislam sobre essas áreas, pois hoje existe uma forte pressão de ocupação na região, devido à expulsão da população das áreas onde estão se instalando grandes empreendimentos, principalmente no Arco do Futuro.

Essa é a situação de Parelheiros e eu gostaria que a Mesa olhasse com carinho para a região. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado, Loide. Embora tenha ficado para o final, foi uma contribuição importante. Realmente o debate em Parelheiros ficou muito centrado no tema aeroporto e tem outros aspectos importantes. Mas todas essas questões já estão colocadas no Plano.

A última inscrita é a Jussara.

A SRA. JUSSARA – Boa noite. Serei bem breve, até porque já tive oportunidade de participar de algumas audiências, então só vou ratificar alguns pontos e acrescentar alguns outros que eu não havia comentado. Hoje sou moradora da zona Oeste, tenho familiares na

zona Leste, amigos na zona Norte, na zona Sul, ou seja, tudo que acontece na Cidade me afeta direta ou indiretamente.

Em relação ao item preservação da vida, peço, por gentileza, que sejam preservadas as áreas de mananciais. A gente precisa da água para viver; sem ela não há possibilidade de vida.

Que sejam implementados mecanismos para materializar a Lei de Resíduos Sólidos. Eu vi que vocês contemplaram aqui, mas só para ratificar essa questão.

Em relação a transporte, eu sou oriunda da área de tecnologia e vou usar questões relativas a essa área para falar do transporte. Centralizar acaba proporcionando uma falência múltipla de órgãos. A ciência também fala um pouco sobre isso. A tecnologia usa muito isso, descentralizar. Na hora de pensar em políticas de transportes, de moradia, de incentivo a indústria, é importante expandir e não centralizar, senão a gente acaba causando literalmente uma falência múltipla de órgãos.

Em relação à moradia, vou insistir nesse tema. Pode ser viagem minha, mas eu gostaria que fosse considerado, que a partir de 2015, considerando que o Plano vai ser aprovado em 2014, novas moradias populares sejam autossustentáveis, possam captar sua própria energia, que seja energia solar, tratem sua própria água, enfim.

Em relação às questões sociais, incentivar os mutirões e a participação popular que (ininteligível) ações sociais, principalmente relativas à educação.

Em relação ao Plano, senhores, por favor, Plano tem que ter objetivo, métricas, prazos, metas, responsáveis, estudos técnicos, os respectivos pareceres dos conhecedores dos temas junto à sociedade, orçamento associado e, claro, orçamento para cada uma das diferentes ações, dar publicidade às ações e capacitar todos os profissionais da administração pública e a sociedade também, porque não adianta nada ter uma coisa belíssima se as pessoas não sabem como usar.

Municípios, vou trazer algo para nós todos refletirmos a respeito. Tenho um

professor que costuma dizer que os nossos dirigentes são reflexo da nossa sociedade. Se nós queremos dirigentes melhores, precisamos ser uma sociedade melhor. Vamos refletir a respeito disso.

Vereadores, Secretário, Poder Executivo como um todo, grandes poderes trazem grandes responsabilidades. Vocês têm uma grande responsabilidade nas mãos. Por favor, aproveitem-na e tratem-na com carinho. Quero agradecer-lhes, porque vocês poderiam estar usufruindo o recesso de vocês e estão aqui – *show* de bola.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Pergunto ao nosso Secretário se quer se manifestar, apesar do esvaziamento da nossa reunião; pelo menos uma saudação na nossa última audiência pública.

O SR. SECRETÁRIO – Só queria desejar uma boa noite, um feliz Natal para todos vocês. Está todo mundo querendo preparar o peru. E a gente volta a debater o Plano assim que possível, já no começo de janeiro. Mais uma vez reafirmo que o Executivo vem trabalhando incansavelmente na reflexão e na possibilidade de aprimoramento daquilo que nós propusemos. Boa noite e boas festas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Vereador Police.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Quero agradecer. Tem um processo em curso, a gente vence mais uma etapa. É cansativo, mas temos de observar que a algum ponto de convergência a gente já chegou. A reunião de hoje foi muito menos tensa do que todas as outras realizadas, o que demonstra que o processo de convergência vem acontecendo e é assim que a gente vai ter de levar isso até fevereiro. Em março vai ter nova tensão, quando o texto surgir, e a gente deverá ter capacidade de mostrar por que sofreu transformações e de onde surgiram essas transformações, para ter tranquilidade de levar isso à aprovação.

Parabenizo todos que se envolveram, toda a equipe da Secretaria que vem ajudando, a equipe dos mandatos, Agradeço à equipe do nosso mandato e especialmente à

população que participou ativamente até agora. O Nabil ilustrou um pouco disso. É bastante importante a gente ter tenacidade para levar o Plano até o fim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Nabil Bonduki) – Obrigado. Também quero agradecer a todos, a todas as equipes da Câmara que atuaram nesse processo, em especial à equipe do meu gabinete que fez um grande esforço para a gente chegar hoje com essa síntese. Foi difícil, ainda precisa ser complementada. Vai ser disponibilizada, com certeza. Vamos trabalhar duro em janeiro. Não teremos audiências públicas nem podemos fazer. Aliás, esta audiência foi mantida excepcionalmente porque o calendário já estava agendado, o assunto era relevante e era necessário fechar o processo, porque na verdade a Câmara já está em recesso e no recesso não se podem realizar audiências públicas. Então é uma audiência pública excepcional. Entramos em recesso hoje, na verdade, porque até ontem tivemos plenário. Em janeiro trabalharemos no texto, receberemos propostas até dia 12, quem quiser pode encaminhar por escrito, e em fevereiro voltaremos a discutir as propostas de alteração.

Obrigado a todos. Feliz Natal, feliz ano novo e boas festas. (Palmas)

Nada mais havendo a se tratado, dou por encerrada a 44ª audiência pública do Plano Diretor da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

